



**RESPOSTAS DOS RECURSOS DA PROVA ESCRITA DO CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER  
EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ASSARÉ – CEARÁ**

**NÍVEL FUNDAMENTAL  
PORTUGUÊS**

**QUESTÃO: 01**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão solicita para que se marque a opção correta sobre as informações dadas:

I – O poema “O poeta da roça” retrata a realidade vivida pelo sertanejo do século passado e, portanto, **não reflete a realidade contemporânea do homem da zona rural**. EMBORA MUITO JÁ SE TENHA EVOLUÍDO A VIDA NO CAMPO, ESSA AINDA É A REALIDADE DE MUITOS SERTANEJOS.

II – O poeta lamenta e **se envergonha** por não ter conseguido estudar. FALSO, ELE SENTE ORGULHO

III – O texto apresenta vários elementos da cultura sertaneja e conclui que a vida simples e comum tem suas vantagens. VERDADEIRA - Eu vivo contente e feliz com a sorte.

IV – Depois de apresentar várias diferenças entre campo e cidade, **o poeta enaltece as facilidades da rua**. INFORMAÇÃO FALSA, ELE SE ORGULHA DO SEU LUGAR E DO SEU MODO DE VIDA.

V – Inserido no contexto rural, o poeta apresenta as dificuldades e barreiras enfrentadas pelo homem simples, no entanto, nada disso o impede de valorizar e declarar-se feliz. VERDADE

A. I e II são verdadeiras.

B. I e IV são verdadeiras.

C. II e III são verdadeiras.

**D. III e V são verdadeiras.**

E. II e IV são verdadeiras.

**QUESTÃO: 03**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão solicita que seja marcada a informação que não corresponde as ideias do texto:

A. O poeta se orgulha de falar das coisas do sertão. CORRETA, VEJA NOS VERSOS:



---

*Sou poeta das brenha, não faço papé*

*De argum menestré, ou errante cantô*

*Que veve vagando, com sua viola,*

*Cantando, pachola, à percura de amô.*

**B. O poeta sente falta de público para sua poesia. Extrapola o texto. A justificativa:**

*Meu verso rastêro, singelo e sem graça,*

*Não entra na praça, no rico salão,*

*Meu verso só entra no campo, na roça,*

*Nas pobre paióça, da serra ao sertão.*

**C. O poeta canta o pobre, o vaqueiro e a saudade entre outros temas.**

*Eu canto o caboco com suas caçada*

*Nas noite assombrada que tudo apavora.*

*Por dento das mata, com tanta corage*

*Topando as visage chamada caipora.*

*Eu canto o vaquêro vestido de côro*

*Brigando com o tôro no mato fechado*

**D. Para o eu poético, cantar aquilo que se conhece é melhor que dinheiro.**

*E assim, sem cobiça dos cofre luzente,*

*Eu vivo contente e feliz com a sorte.*

**E. O canto se faz mais verdadeiro porque o poeta pertence ao mundo cantado.**

*Morando no campo, sem vê a cidade*

*Cantando as verdade das coisa do norte.*

**QUESTÃO: 04**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**A. IV estrofe. Fala da abrangência do seu canto.**



---

B. IX estrofe. Exalta sua vida no campo

C. VII estrofe. A bravura do vaqueiro e o reconhecimento do patrão.

D. II estrofe. Fala da arte de fazer poesia – cantar os versos.

E. VIII estrofe. Verdadeira – a crítica do mendigo exposto à própria sorte: morrer de fome.

**QUESTÃO: 06**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A. *Meu verso rastêro, singelo e sem graça,/ RASTEIRO*

B. *Morando no campo, sem vê a cidade./ VER – verbo no infinitivo, está após uma preposição*

C. *Só canto o buliço da vida apertada/ OPÇÃO A SER MARCADA*

D. *Só fumo cigarro de páia de mio./ PALHA*

E. *Sou poeta das brenha, não faço papé./PAPEL*

**QUESTÃO: 07**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A. escritor. O menestrel não escreve

B. nômade. Extrapola o sentido do texto.

C. recitador. É quem recita sem compor – CORRETA – o eu lírico compõe;

D. pedinte. Extrapola o sentido do texto.

E. retirante. Extrapola o sentido do texto.

**QUESTÃO: 08**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão é autoexplicativa no momento em explica a palavra “pirambaba” que só pode ser compreendida no contexto. Solicita-se que: **Veja a tirinha a seguir. Depois de observadas as devidas explicações, marque a opção em que NOS VERSOS aparece uma palavra similar.**

A. *Que pega na ponta do brabo novio, - linguagem sertaneja que não necessita de contexto para ser entendida*



**B.** *E assim, sem cobiça dos cofre luzente.* O TERMO SÓ PODE SER COMPREENDIDO DENTRO DO CONTEXTO, SUA SIGNIFICAÇÃO EXTRAPOLA O COTODOANO – COFRE LUZENTE NÃO EXISTE.

**C.** *Cantando as verdade das coisa do norte.* - linguagem sertaneja que não necessita de contexto para ser entendida

**D.** *Da lida pesada, das roça e dos eito.* - linguagem sertaneja que não necessita de contexto para ser entendida

**E.** *Nas pobre paióça, da serra ao sertão.* - linguagem sertaneja que não necessita de contexto para ser entendida.

<b>NÍVEL FUNDAMENTAL</b>
<b>CONHECIMENTOS GERAIS</b>

**QUESTÃO: 13**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

Todas as afirmativas I, II e III estão corretas. A resposta certa é a alternativa B.

Afirmativa I: Os vereadores, como parte do Poder Legislativo municipal, têm a função típica de discutir, elaborar e votar projetos de lei, incluindo aqueles sobre assuntos locais como transporte público.

Afirmativa II: O prefeito, chefe do Poder Executivo, é responsável por organizar a execução das leis aprovadas, como contratar empresas e fiscalizar serviços públicos.

Afirmativa III: Uma análise de ações judiciais que alegam inconstitucionalidade de leis que cabem ao Poder Judiciário, que interpretam a Constituição Federal.

**QUESTÃO: 18**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão aborda o cinema brasileiro contemporâneo, que faz parte do repertório cultural amplo esperado de candidatos. O conhecimento sobre produções recentes, como o filme “Ainda Estou Aqui”, insere-se no campo da atualidade cultural e foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação nacional e internacional.

Além disso, a questão mobiliza informações sobre o cenário internacional do cinema, especialmente ao mencionar o Oscar, uma premiação amplamente divulgada na mídia. Eventos desse tipo costumam aparecer em provas porque são de grande repercussão global.

Outro ponto importante é que o item exige do candidato a capacidade de diferenciar informações plausíveis de incorretas, desenvolvendo senso crítico diante de alternativas que misturam fatos reais com afirmações falsas (por exemplo, ficção científica, ausência de atores brasileiros, erro de data).

Por fim, esse tipo de questão não exige conhecimento técnico específico (como teoria do cinema), mas sim informação geral, atualidades e cultura, características típicas da disciplina de conhecimentos gerais em concursos públicos.

Por tanto, a questão se mantém e apresenta a alternativa C como a correta.

**Análise das demais alternativas:**



- A) Incorreta: Walter Salles é um diretor brasileiro conhecido por obras realistas, não por histórias de ficção científica com heróis espaciais.  
B) Incorreta: O filme teve destaque internacional, não ficando restrito apenas a prêmios nacionais.  
D) Incorreta: O filme não é de 2010, nem é uma animação.  
E) Incorreta: Trata-se de uma produção brasileira com participação de atores nacionais.

### QUESTÃO: 19

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

A questão apresentada é adequada ao eixo de conhecimentos gerais por contemplar características centrais desse tipo de avaliação.

Em primeiro lugar, aborda temas contemporâneos e amplamente difundidos, como inteligência artificial, energias renováveis, biotecnologia e internet. Esses assuntos fazem parte do cotidiano e do debate público atual, sendo frequentemente discutidos em meios de comunicação e políticas públicas, o que os torna pertinentes para avaliar o repertório geral dos candidatos.

Além disso, a questão possui caráter interdisciplinar, articulando conhecimentos de ciência, tecnologia, meio ambiente e sociedade. Esse aspecto é fundamental no eixo de conhecimentos gerais, que não se limita a uma única área, mas exige uma compreensão integrada da realidade.

Outro ponto relevante é o estímulo ao pensamento crítico e à análise de informações. A alternativa correta (A) apresenta uma visão equilibrada sobre a inteligência artificial, reconhecendo tanto seus benefícios quanto seus desafios. Já as demais alternativas contêm generalizações incorretas ou absolutas (como “nenhum problema”, “todas”, “totalmente”, “completamente”), o que exige do candidato a capacidade de identificar exageros e informações imprecisas.

A questão também se destaca por sua relevância social, pois trata de impactos diretos dessas tecnologias na vida das pessoas, como emprego, privacidade, meio ambiente, saúde e circulação de informações.

Por tanto, a alternativa A está correta porque reconhece tanto os benefícios quanto os desafios associados às inovações tecnológicas. A inteligência artificial tem, de fato, ampliado a produtividade e otimizado processos, ao mesmo tempo em que gera preocupações sociais, como o impacto no mercado de trabalho e questões relacionadas à privacidade e uso de dados.

A inteligência artificial pode aumentar a eficiência, mas gera desafios sociais.

- Relatórios do Fórum Econômico Mundial indicam que a automação tende a substituir algumas funções e criar outras, exigindo requalificação profissional.
- A questão da proteção de dados é amplamente discutida em legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados e em debates globais sobre privacidade digital.

#### Análise das demais alternativas

B) Incorreta: Afirma que energias renováveis são totalmente isentas de impactos. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas aponta que, embora renováveis sejam menos poluentes, elas não são isentas de impactos, como:

- uso de grandes áreas (energia solar e eólica),
- impactos em ecossistemas (hidrelétricas e parques eólicos).

Também exigem planejamento territorial, especialmente para evitar conflitos ambientais e sociais.

C) Incorreta: Afirma que o CRISPR é proibido e sem benefícios comprovados.

- A técnica CRISPR é amplamente estudada e aplicada em pesquisas científicas.
- Segundo a Organização Mundial da Saúde, há regulamentação e debate ético, mas não proibição total.
- Existem benefícios comprovados, como pesquisas para tratamento de doenças genéticas.

D) Incorreta: Afirma que redes sociais eliminaram a desinformação.

- Estudos da UNESCO mostram que as redes sociais podem ampliar a circulação de *fake news*.



- Plataformas digitais facilitaram tanto o acesso à informação quanto à desinformação.
- E) Incorreta: Afirma que a telemedicina substituiu totalmente o atendimento presencial.
- A Organização Mundial da Saúde reconhece que a telemedicina complementa, mas não substituiu, o atendimento presencial.
  - Procedimentos clínicos, exames físicos e emergências ainda exigem estrutura hospitalar.

#### Fontes:

IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Human Genome Editing: Recommendations*. Geneva: World Health Organization, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global Strategy on Digital Health*. Genebra, 2021–2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Future of Jobs Report 2025*. Geneva: WEF, 2025.

#### QUESTÃO: 23

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

No segundo trimestre de 2025, o setor da agropecuária apresentou o maior crescimento percentual no PIB do estado do Ceará, com taxa de aproximadamente 17,73%, destacando-se como o principal responsável pelo avanço econômico no período. Esse desempenho costuma estar associado a fatores como boas condições climáticas e aumento da produtividade agrícola. Os demais setores (indústria, serviços, comércio e construção civil) também contribuem para o PIB, porém, nesse período específico, tiveram crescimento inferior ao da agropecuária.

Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE):

“Dentre os setores que compõem o PIB [...] o melhor resultado [...] ficou com a Agropecuária, com 17,73%” (Fonte: IPECE. PIB cearense cresce 3,86% no 2º trimestre de 2025 alavancado pela agropecuária. Governo do Estado do Ceará, 2025. Disponível em:

<https://www.ipece.ce.gov.br/2025/09/17/pib-cearense-fecha-em-386-no-2o-tri-2025-alavancado-pela-agropecuaria-e-supera-indices-nacional-baiano-e-paulista/>).

Outras fontes confirmam o mesmo dado:

- O crescimento da agropecuária foi de 17,73%, superando indústria e serviços (Fonte: Portal CNA Brasil. Agropecuária cearense cresce 17,7% no segundo trimestre de 2025. Assessoria de Comunicação do Sistema Faec/Senar, 2025. Disponível em: [https://www.cnabrasil.org.br/noticias/agropecuaria-cearense-cresce-17-7-no-segundo-trimestre-de-2025?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.cnabrasil.org.br/noticias/agropecuaria-cearense-cresce-17-7-no-segundo-trimestre-de-2025?utm_source=chatgpt.com));
- O resultado do PIB foi “puxado pelo bom desempenho da Agropecuária” (Fonte: O POVO+. PIB do Ceará avança 3,86 no 2º trimestre e supera média nacional. Disponível em: [https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2025/09/18/pib-do-ceara-avanca-386-no-2-trimestre-e-supera-media-nacional.html?utm\\_source=chatgpt.com](https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2025/09/18/pib-do-ceara-avanca-386-no-2-trimestre-e-supera-media-nacional.html?utm_source=chatgpt.com)).

#### QUESTÃO: 24

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

Assaré foi oficialmente fundado e emancipado politicamente em 19 de julho de 1865. Aqui estão fontes confiáveis que comprovam a alternativa correta (letra A):

- Segundo o site oficial do município de Assaré, a fundação e a emancipação política ocorreram em 19 de julho de 1865 (Fonte: Governo Municipal de Assaré (CE) disponível em: [https://www.assare.ce.gov.br/omunicipio.php?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.assare.ce.gov.br/omunicipio.php?utm_source=chatgpt.com)).



- Documento histórico do IBGE confirma que: “O Município de Assaré surgiu a 19 de julho de 1865” (Fonte: IBGE disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3414&view=detalhes>).
- Outras fontes institucionais também registram a mesma data como marco de fundação/emancipação (CPSMC disponível em: [https://cpsmcrao.ce.gov.br/entes/12?utm\\_source=chatgpt.com](https://cpsmcrao.ce.gov.br/entes/12?utm_source=chatgpt.com)).

**Análise das demais alternativas:**

B) Incorreta: O nome Assaré não tem origem no latim. A etimologia mais aceita é de origem indígena, possivelmente relacionada a palavras Tupi, não relacionada a “terra fértil e abundante”. Portanto, a informação sobre o latim e o significado está incorreta.

C) Incorreta: Assaré não se desenvolveu historicamente como entreposto comercial. O município cresceu principalmente como povoado rural voltado à agricultura e pecuária, sem grande papel estratégico em rotas comerciais entre o Cariri e o litoral.

D) Incorreta: A Transamazônica é uma rodovia localizada em outra região do Brasil (principalmente Amazonas e Pará), e sua construção ocorreu no século XX, década de 1970, portanto muito depois da emancipação de Assaré, que já havia se tornado município em 1865.

E) Incorreta: Assaré foi elevado à categoria de município em 19 de julho de 1865, não em 1950. A data de 1950 não corresponde a nenhum marco histórico relevante da cidade.

**QUESTÃO: 27**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O município de Assaré está inserido no semiárido nordestino, onde predomina o bioma Caatinga. Essa vegetação é caracterizada por plantas adaptadas à escassez de água, com folhas reduzidas, espinhos e capacidade de armazenar água, suportando longos períodos de seca e altas temperaturas. Abaixo são apresentadas fontes confiáveis que fundamentam a alternativa correta (letra D):

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Cidades e Estados – Assaré (CE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>, que apresenta dados geográficos e indica que o município está inserido em área de clima semiárido, com predominância da caatinga.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Bioma Caatinga. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-caatinga>, que descreve a caatinga como vegetação típica do semiárido, adaptada à seca e altas temperaturas;
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará: Perfil Básico Municipal – Assaré. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/>, que traz informações sobre clima, relevo e vegetação, confirmando características do sertão semiárido.

**Análise das demais alternativas:**

A) Incorreta: não há florestas tropicais densas; esse tipo de vegetação é típico de áreas úmidas, como a Amazônia.

B) Incorreta: o clima não é tropical úmido; é predominantemente semiárido.

C) Incorreta: predominam rios intermitentes (temporários), não perenes.

E) Incorreta: embora o clima seja semiárido, as chuvas se concentram, em geral, no primeiro semestre (especialmente entre fevereiro e maio), e não no segundo.

**QUESTÃO: 29**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO  
ALTERAÇÃO DE GABARITO**



Com base na análise dos recursos e revisão da questão e das alternativas verificou-se que o gabarito informado considera a alternativa E como correta, no entanto a alternativa correta para a questão é a alternativa A. Esta está de acordo com os dados do Censo 2022 do IBGE (SIDRA), onde a população rural é de 8.875 habitantes (40,9%), enquanto a população urbana é de 12.822 habitantes (59,1%). Portanto, altera-se o gabarito para a alternativa A como correta.

**Análise das demais alternativas:**

- B) Incorreta: Embora a população urbana seja maior, esta corresponde a 59,1% da população.  
C) Incorreta: A distribuição populacional na área urbana e rural não é distribuída igualmente. Onde a população rural é de 8.875 habitantes (40,9%), enquanto a população urbana é de 12.822 habitantes (59,1%).  
D) Incorreta: Assaré apresenta zona rural oficialmente registrada.  
E) Incorreta: Assaré se apresenta com a maior parte da população residente na área urbana.

**QUESTÃO: 30**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A alternativa D é a correta porque apresenta um valor que corresponde aos dados oficiais mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsáveis pelo Censo Demográfico de 2022. De acordo com esse levantamento, o município de Assaré possui população em torno de 21.697 habitantes. Esse número resulta da contagem direta da população realizada pelo IBGE em todo o território nacional, sendo a principal referência estatística para informações demográficas no Brasil.

**Análise das demais alternativas:**

- A) Incorreta: a população não ultrapassa 25.000 habitantes.  
B) Incorreta: a densidade demográfica é inferior a 30 hab/km<sup>2</sup>.  
C) Incorreta: houve redução populacional em relação a 2010.  
E) Incorreta: número muito acima da realidade do município.

<b>NÍVEL SUPERIOR/MAGISTÉRIO</b>
<b>PORTUGUÊS</b>

**QUESTÃO: 01**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**01. Dadas as alternativas, marque a correta no que se refere a leitura do primeiro parágrafo do texto:**

I – O parágrafo introdutório prepara o leitor para leitura de uma densidade emocional típica de contos introspectivos e/ou passagens existenciais.

II - A viagem de ônibus pode ser vista como uma metáfora para o isolamento, a passagem do tempo e a finitude.

III - O "*fim de tarde*" e o "*sol morrendo aos poucos*" são descrições meteorológicas que apenas servem para contextualizar o leitor do tempo em que se passa a narrativa.



---

IV - O narrador projeta seu interior no cenário: o mundo lá fora está "morrendo", assim como algo dentro dele parece estar se apagando ou pausando.

V - O desejo do sol de "permanecer um pouco mais" reflete a pressa do ser humano de segurar momentos que estão escapando, ou seja, medo de perder o ônibus.

A. Todas as alternativas estão corretas.

B. I e V estão erradas.

C. II e IV estão erradas.

**D. III e V estão erradas.**

E. I e II estão erradas.

Essa frase carrega uma densidade emocional típica de contos introspectivos ou passagens existenciais. Ela utiliza a viagem de ônibus como uma metáfora para o isolamento, a passagem do tempo e a finitude.

Aqui estão os pontos principais da interpretação:

O Crepúsculo como Estado de Espírito: O "fim de tarde" e o "sol morrendo aos poucos" não são apenas descrições meteorológicas. Eles refletem um sentimento de encerramento ou melancolia. O narrador projeta seu interior no cenário: o mundo lá fora está "morrendo", assim como algo dentro dele parece estar se apagando ou pausando. [1, 2]

A "Vida Inteira" no Espaço Fechado: Quando o texto diz que "a vida inteira cabia naquele espaço", ele sugere que, naquele momento de partida, o passado e as memórias do narrador estão comprimidos dentro dele. O ônibus se torna um microcosmo onde a imensidão da experiência humana é limitada por quatro paredes e uma poltrona. [2, 3]

O Rosto Insone e o Tempo: A comparação "tão fechado quanto tempo em meu rosto" indica cansaço e marcas de vida. A insônia sugere alguém que pensa demais ou que carrega angústias que não permitem o descanso. O "tempo no rosto" são as rugas ou a expressão de quem já viveu o suficiente para sentir o peso das horas. [1, 3]

Resignação e Permanência: O desejo do sol de "permanecer um pouco mais" espelha o desejo humano de segurar momentos que estão escapando. Há uma luta silenciosa entre a vontade de ficar e a necessidade de partir (o ônibus, a poltrona sete, o movimento).



---

Em resumo, é uma imagem de transição. O narrador está fisicamente se movendo, mas emocionalmente estagnado em uma reflexão sobre sua própria existência, marcada pelo cansaço e pela beleza triste de um ciclo que se fecha.

**QUESTÃO: 02**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**02. Podemos dizer que a motivação maior do texto é:**

- A. o conflito existencial da voz narrativa que, fisicamente se move, mas as emoções estão aprisionadas. Ele se enxerga na cena de amor entre os jovens. O parágrafo de frases entrecortadas, prova isso.
- B. o relato do amor de pessoas do mesmo sexo. Serve de pretexto para o que vem a seguir.
- C. o preconceito existente na humanidade. Existe, mas não é a parte principal.
- D. o movimento dentro de uma rodoviária. Existe, mas não é a parte principal.
- E. as cenas de chegada e despedida. Existe, mas não é a parte principal.

**QUESTÃO: 03**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**Dadas as expressões do texto, marque a que melhor representa o estado de espírito da voz narrativa:**

- A. *Aventurei um riso - me frustrei.* A frustração não é o sentimento prevalente no texto.
- B. *Tudo era fim de tarde naquele universo de sol morrendo aos poucos.* A voz narrativa demonstra total apatia, recolhimento pelo fato de “ter que partir” É perder o brilho do sol, ficar no meio termo...
- C. *Eu flagrava a cena em silêncio, mas...* a frase deixa transparecer uma passividade que está longe de acontecer.
- D. *Sofri pancada no rosto.* Não há choque, não há pancada... o despertar é lento.
- E. *... mas o amor, indiferente, dançou no espelho dos olhares perplexos.* O amor sucumbe.

**QUESTÃO: 04**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**04. O excerto: *Não se pode dizer muito quando o amor derrama ausências.* Carrega uma carga melancólica e poética intensa que sugere:**



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA  
COMISSÃO EXECUTIVA DE VESTIBULAR - CEV  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSARÉ  
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS E  
CADASTRO DE RESERVA – EDITAL Nº 01/2026-PMA



- A. o vazio deixado muito pouco significa, é ausência.
- B. diante da dor da perda, falar não significa posse.
- C. o amor supera e preenche possíveis distâncias.
- D. a saudade é tão grande que se transborda em presença e sentimento.
- E. o silêncio é a única resposta possível quando a falta se torna transbordante.** O paradoxo da "ausência cheia": Normalmente, o que "derrama" é algo em excesso. Dizer que o amor "derrama ausências" significa que o vazio deixado pela pessoa é tão vasto e pesado que ocupa todo o espaço, não deixando lugar para palavras.

A insuficiência da linguagem: Há dores e saudades que são tão grandes que nenhuma explicação ou consolo verbal é capaz de traduzir. O "não se pode dizer muito" indica que a fala é pequena demais para a imensidão da perda.

**QUESTÃO: 05**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

*A Freira de hábito irreprochável fez o sinal da cruz. O termo em destaque pode ser traduzido, sem perder o sentido, por:*

- A. amassado.
- B. amarelado.
- C. impecável.**
- D. descartável.
- E. ultrapassado.

Irreprochável - adjetivo de dois gêneros - a que ou a quem não se pode fazer qualquer reproche, qualquer crítica ou imputar uma culpa; inatacável, irrepreensível; impecável, perfeito.

**QUESTÃO: 06**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

*Irmãos de muitas lutas, não saberiam lidar com a distância que lhes queria perfurar os corações exangues. O termo destacado é o mesmo que:*

- A. apaixonados.
- B. robustos.**



---

**C. lívidos.**

**D. enérgicos.**

**E. saudosos.**

Exangue - adjetivo de dois gêneros: que ficou sem sangue; esvaído em sangue; que perdeu as forças; debilitado, enfraquecido, exaurido.

**QUESTÃO: 07**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**07. Aos poucos, o que era lágrimas se fez soerguer do corpo. O termo em destaque é classificado e analisado como:**

**A. Pronome relativo e exerce a função de objeto direto da oração principal.**

**B. Artigo definido e exerce a função de adjunto adnominal do pronome “que”.**

**C. Artigo definido e exerce a função de complemento adverbial.**

**D. Pronome demonstrativo e exerce a função de sujeito do verbo principal.**

**E. Pronome oblíquo e exerce a função de sujeito da oração subordinada.**

Análise Morfológica: É um pronome demonstrativo [1, 2]. Ele equivale a "aquilo".

Análise Sintática: Exerce a função de sujeito da oração principal ("o... se fez soerguer") [2, 3].

Explicação Rápida:

Nessa estrutura, o "o" antecede o pronome relativo "que". Juntos, eles formam o início de uma oração subordinada adjetiva substantivada.

Substituição didática: "Aquilo (o) que era lágrimas se fez soerguer..."

Relação com o "que": Enquanto o "o" é o sujeito do verbo principal (fez), o "que" é o sujeito do verbo da oração subordinada (era)

**QUESTÃO: 08**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**08. Com o transporte às vésperas de sair. Há uma regra clara que justifica a utilização do acento grave – crase. Dadas as alternativas, marque a que não se aplica a mesma regra:**

**A. À medida que o tempo passava, a angústia tomava conta do passageiro.**



- 
- B.** Eu observava o beijo à distância de cinco metros.
- C.** A criança questionou a mãe à queima roupa sobre o motivo de sua indignação.
- D.** O beijo veio às pressas e com sofreguidão, surpreendendo a todos na rodoviária.
- E.** A cena da rodoviária ocorreu à tarde.

O uso do acento grave na expressão "às vésperas de" é obrigatório porque ela é uma locução prepositiva feminina.

Na língua portuguesa, o acento grave (indicativo de crase) deve ser utilizado em locuções adverbiais, conjuntivas ou prepositivas formadas por palavras femininas que indicam tempo, modo ou lugar.

Por que ocorre a crase?

Formação: A expressão combina a preposição a com o artigo definido feminino plural as (referente a "vésperas").

Regra das Locuções: Locuções femininas como "às vésperas de", "à medida que", "às vezes" e "à queima-roupa" sempre recebem o acento para evitar ambiguidade e marcar a natureza feminina da expressão.

Dica de substituição: Se você substituir por uma expressão masculina equivalente, como "nos momentos antes de", perceberá a presença da preposição e do artigo (em + os = nos).

O acento grave (crase) é utilizado antes da palavra "**distância**" quando ela está especificada ou determinada na frase, ou para evitar ambiguidade.

Frase: "A polícia ficou à distância de dez metros do manifestante".

Outro exemplo: "Mantenha as crianças à distância de um braço da piscina".

Regras importantes:

Com crase (específica): "Ele observava tudo à distância de 50 metros".

**QUESTÃO: 09**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**09. O Sol espalhava prelúdios de adeus. É acentuada pela mesma regra da palavra grifada:**

- A.** Encarar a preconceito alheio nunca foi tarefa fácil.
- B.** Na rodoviária, com o sol se pondo, vi o amor se materializar.



C. O respeito traz a riqueza do caráter.

D. Não desgrudei da cena, sentia-me puxado tal ímã.

E. Cada lembrança desse amor forma um álbum de nossas narrativas escritas com luz opaca.

Acentuam-se as palavras paroxítonas (penúltima sílaba forte) terminadas em: r, l, n, x, ps, i(s), u(s), ã(s), ão(s), um(uns) e ditongos (seguidos ou não de 's'). Exemplos: caráter, fácil, hífen, tórax, bíceps, júri, vírus, ímã, órgão, álbum, ditongo (água, história).

### Principais Regras e Casos

Terminações acentuadas: R, L, N, X, PS, I(s), U(s), ã(s), ãO(s), UM(uns), ON(s).

Ditongos Crescentes: Paroxítonas terminadas em ditongo oral (vogal + semivogal) são acentuadas, como: história, mágoa, série, ágil, espécie.

### **QUESTÃO: 10**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**10. Na frase: *O amor tem duas margens e um rio que lhe atravessa.* Os termos em destaque, respectivamente, são:**

A. Conjunção integrante e pronome pessoal oblíquo.

B. Pronomes indefinido e pessoal oblíquo.

C. Conjunção adverbial e pronome relativo..

D. Conjunção explicativa e pronome pessoal.

**E. Pronomes relativo e pessoal oblíquo.**

A frase metaforiza o amor como um processo contínuo (rio) entre dois estados ou sujeitos (margens). O "que" funciona como pronome relativo, conectando "um rio" à sua ação, enquanto "lhe" é pronome pessoal oblíquo, atuando como objeto indireto que retoma o "amor", indicando o sentimento como receptor da ação.

"Que" (Pronome Relativo): Refere-se a "um rio". Inicia a oração adjetiva "que lhe atravessa", que caracteriza o rio. Ele substitui o substantivo para evitar repetições, agindo como sujeito da ação de atravessar.

"Lhe" (Pronome Pessoal Oblíquo): Funciona como objeto indireto, substituindo "ao amor" ou "no amor".



**NÍVEL SUPERIOR/MAGISTÉRIO**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**QUESTÃO: 11**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**QUESTÃO ANULADA**

Efetivamente o enunciado deixou se separar, com clareza, os sistemas de eleição referente ao Senado Federal (majoritário) e o da Câmara dos Deputados (Proporcional) o que enseja, indubitavelmente, na necessidade de anulação da questão.

**QUESTÃO: 16**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A Zona de Processamentos de Exportação do Estado Ceará fica localizada no município de São Gonçalo do Amarante e não em Caucaia, conforme disposto no Art. 1º do DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 2010, com Redação dada pelo Decreto de 4.5.2016 que, literalmente afirma: “Fica criada a Zona de Processamento de Exportação de Pecém, **no Município de São Gonçalo do Amarante**, Estado do Ceará, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, numa área total de 6.182,44 hectares, a seguir descrita”.

**QUESTÃO: 17**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O comando da questão faz menção explícita às “mais recentes” ameaças, bem como fala em investidores e agropecuaristas. Conforme amplamente divulgado pelas mídias tradicionais e demais canais de comunicação, bem como denunciado por ambientalistas e parlamentares, a plantação de soja representa (mais recentemente) uma grande ameaça à biodiversidade, recursos hídricos e populações tradicionais da Chapada do Araripe. Ademais, as demais culturas citadas nos itens não são produzidas em escala suficiente para ampliar os impactos ambientais negativos na área da Chapada do Araripe.

**QUESTÃO: 18**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O excerto usado na questão traz claramente, ao se analisar os itens propostos, a centralidade de uma criança que sofre com as mazelas decorrentes de uma saída forçada de sua terra natal. Isso resta evidenciado no trecho final do excerto: De pena e saudade Papai sei que morro / Meu pobre cachorro / Quem d’á de comer?. Os demais itens inseridos como possibilidades, são todos itens que não correspondem ao contexto histórico ou musical do poema/música em tela, pois o poema não foi produzido no ano de 1968, tendo Patativa do Assaré autorizado a gravação (o que foi feito em 1964), mas se recusado a vender o poema.

**QUESTÃO: 19**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Não resta dúvidas que o clima predominante no município de Assaré é o tropical quente semiárido e não o semiárido brando, notadamente porque além de ostentar elevadas temperaturas, os índices pluviométricos do tropical quente semiárido são ligeiramente menores do que os observados no semiárido brando.



**QUESTÃO: 20**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A vegetação predominante (com ocorrência na maior parte do território municipal) no município de Assaré é, reconhecidamente pela literatura especializada como sendo a caatinga, não se podendo falar em cerrado, mata úmida, mata seca (confinada à áreas com melhoria das condições geoambientais), mata de galeria ou qualquer outro tipo vegetacional.

<b>NÍVEL SUPERIOR/MAGISTÉRIO</b>
<b>RACIOCÍNIO LÓGICO</b>

**QUESTÃO: 23**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO  
QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 24**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

Na palavra ASSARÉ, ao considerar os anagramas com as letras S juntas, deve-se agrupar “SS” como um único bloco. Restam, então, 5 elementos para permutar: {(SS), A, A, R, É}.

Como apenas a letra A se repete, o número correto de anagramas é  $5!/2!$ , e não  $5!/(2!2!)$ .

Desse modo, a alternativa E apresenta erro de cálculo e é a incorreta, atendendo ao comando da questão.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A probabilidade de retirar duas cartas de animais, sem reposição, é  $(2/3) \times (1/2) = 1/3$ .

Há, portanto, uma única resposta correta: alternativa A. Não há duplicidade de respostas nem erro na questão.

Mantém-se o gabarito preliminar.

<b>NÍVEL SUPERIOR/MAGISTÉRIO</b>
<b>LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL</b>

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

Seguindo o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações. Conforme consta no Art. 21, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 14 mar. 2026.

A alternativa correta é a letra D) Educação infantil, Ensino fundamental, Ensino médio e Educação superior.

**Justificativa:**

A organização da educação escolar brasileira está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Em seu Art. 21, a lei estabelece que:



“A educação escolar **compõe-se de**: I – educação básica, **formada** pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior.” Assim, a educação escolar no Brasil é estruturada em dois grandes níveis:

- I - Educação Básica, que **compreende**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;  
II - Educação Superior

Portanto, quando a questão pergunta a composição da educação escolar brasileira, é necessário considerar todos os níveis previstos pela LDB, incluindo a educação superior. Por isso, a alternativa D é a única que apresenta corretamente essa composição.

#### **Análise das demais alternativas:**

- A) Incorreta — apresenta apenas parte da educação básica.  
B) Incorreta — “anos iniciais e finais” são subdivisões do ensino fundamental, não níveis da educação escolar.  
C) Incorreta — contempla apenas a educação básica, omitindo a educação superior.  
E) Incorreta — a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é um nível da educação escolar, mas sim uma modalidade de ensino que pode ocorrer no ensino fundamental e médio.

**Assim, somente a alternativa D corresponde ao que determina a LDB sobre a estrutura da educação escolar brasileira.**

#### **QUESTÃO: 27**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

#### **QUESTÃO ANULADA**

Após análise do recurso apresentado, a banca examinadora reconhece a procedência da argumentação referente à formulação do enunciado da questão. O comando apresentado no item: “assinale as afirmativas abaixo”, não explicita de forma clara qual ação deveria ser realizada pelo candidato.

Em questões estruturadas com proposições numeradas (I, II, III) seguidas de alternativas combinatórias, é necessário que o enunciado indique explicitamente o que se espera do candidato, por exemplo: “assinale a alternativa correta”, “assinale as afirmativas corretas” ou “assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas corretas”. A ausência dessa orientação gera ambiguidade interpretativa, pois o candidato não dispõe de informação suficiente para compreender se deveria identificar afirmativas corretas, incorretas ou outro critério de seleção entre as proposições apresentadas.

Tal imprecisão compromete o princípio da clareza e objetividade exigido na elaboração de itens avaliativos, podendo induzir interpretações distintas por parte dos candidatos.

Diante do exposto, a banca decide pela anulação da questão, assegurando a equidade do processo avaliativo, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos.

<b>NÍVEL SUPERIOR</b>
<b>ADVOGADO</b>

#### **QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

#### **IMPROCEDENTE**

26. EM RELAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO ADMINISTRATIVO E/OU CONSTITUCIONAL BRASILEIRO. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- A. Todo serviço público é prestado exclusivamente pelo Estado, vedada a delegação a particulares, permitido inclusive o monopólio.



B. Os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme sua localização, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

C. A concessão de serviço público transfere ao particular a titularidade do serviço, que passa a ser privado.

**D. A permissão de serviço público é delegação precária, mediante licitação, para execução de serviço público.**

E. Serviço Público é “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas.” DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31.a. ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro.

**Alternativa correta:**

**d) A permissão de serviço público é delegação precária, mediante licitação, para execução de serviço de interesse coletivo.**

**Explicação da resposta:**

A permissão de serviço público é delegação feita pelo poder público a particular, mediante licitação, para execução de serviço de interesse coletivo, sendo precária e unilateralmente revogável. Os serviços públicos podem ser classificados em *uti singuli* (fruíveis individualmente, como água e energia) e *uti universi* (fruíveis coletivamente, como iluminação pública). A concessão transfere apenas a execução, não a titularidade do serviço, que permanece pública. A autorização é ato unilateral, discricionário e precário, normalmente sem necessidade de licitação.

A opção E não poderia ser a correta, porque traz uma restrição ao conceito de serviço público que guarda amparo na legislação nem na doutrina citada, como se vê a seguir:

p. 134: “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.” DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31.a. ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro.

**Fundamento legal:**

Constituição Federal, art. 175; Lei nº 8.987/1995, art. 2º, IV.

ART. 175, REGULAMENTADO PELA LEI 8.429/92 - ART. 2.º. IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

**Doutrina:**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31.a. ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro.. p. 134 e ss.



Mello, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2019, p. 654-658.

**QUESTÃO: 37**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**37. SOBRE A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E/OU REGIME JURÍDICO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS SEGUNDO A CF/88, NÃO PODEMOS AFIRMAR?**

- A. São receitas que pertencem aos Estados e aos Distritos Federal somente, o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- B. Lei Complementar poderá instituir imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- C. Instituir impostos sobre produtos industrializados é competência da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.**
- D. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direito.
- E. Aos Municípios compete instituir impostos, dentre outros, sobre: transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

**Resposta Certa: “C”, porque incorreta nos termos da CF/88, senão vejamos. Observe-se que o artigo 156 que trata da competência tributária dos municípios não inclui o IPI.**

**Fundamentação Jurídica:** O art. 153 (União), Art. 155 (Estado e DF); 156 da CF/88 atribui aos Municípios competência para instituir o ISS, IPTU e ITBI. E, Art. 156-A.

**Art. 156.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal. § 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea "b" do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel. § 2º O imposto previsto no inciso II: I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil; II - compete ao Município da situação do bem. § 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei



complementar: I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

A proposição do recorrente não encontra arrimo porque, em sintonia com o enunciado da questão, o artigo referido é expresso e a opção A está correta, por isso, errada a opção, como sugere o recorrente, senão vejamos:

**Opção A (Correta):** Reflete o Art. 157, I, da CF/88. Trata-se de uma regra de repartição de receitas tributárias. Embora o Imposto de Renda (IR) seja de competência da União, o que é retido na fonte pelos Estados/DF sobre os pagamentos que eles mesmos efetuam **pertence diretamente e somente a eles**. Sem prejuízo do residual, expresso no inciso II do Art. 157.

**Opção B (Correta):** Refere-se à recente Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023). O novo Art. 156-A prevê a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que será de competência compartilhada entre Estados, DF e Municípios, regulamentado por Lei Complementar.

**Opção D (Correta):** Baseia-se no Art. 155, I, da CF/88. Compete aos Estados e ao DF instituir o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação).

**Opção E (Correta):** Baseia-se no Art. 156, II, da CF/88. Compete aos Municípios instituir o ITBI (Imposto sobre Transmissão Inter Vivos).

#### **Conclusão:**

O termo "somente" nesta questão de múltipla escolha, não altera a veracidade da sentença, que associada ao enunciado torna a opção A correta. Vamos analisar por que a C continua sendo a resposta "errada" e como interpretar a A sob a ótica jurídica: 1. A opção pelo "Somente" na Opção A torna-se correta ao observar que o Art. 157 da CF/88 possui dois incisos, mas esta opção está contemplada no inciso I. O enunciado não faz a exigência do somente, o que vincularia todas as opções. A opção da sentença "A" não define a única receita que pertence aos Estados e ao Distrito Federal, mas afirma que aquelas, advindas do IRRF é integralmente dos Estados e do DF que a recolheu. O inciso II do Art. 175m relativas aos 20% do imposto residual se mantém sem alteração ou interferência do inciso anotado na questão 37, "A", não estando associada ao somente. Contudo, no jargão jurídico dessas questões, o "somente" na opção A costuma ser interpretado como exclusividade de destino, e não como exclusividade de rol. Ou seja: A frase quer dizer: "O produto da arrecadação do IRRF sobre pagamentos feitos pelo Estado pertence somente ao Estado (e não à União, que é quem instituiu o tributo)". Nesse sentido, a afirmação é verdadeira: a União não fica com nenhuma parcela desse IRRF; ele é entregue integralmente ("somente") ao Estado/DF.

A questão não merece reforma porque associada ao enunciado e a ele adstrita, em consonância com o edital e conteúdo do concurso.

#### **QUESTÃO: 45**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**45. A INTERVENÇÃO DA UNIÃO NOS MUNICÍPIOS ESTÁ AUTORIZADA CONSTITUCIONALMENTE EM QUAL HIPÓTESE?**



- A. Para garantir o pagamento de dívidas municipais
- B. Para assegurar a execução de programas federais
- C. Para reorganizar a administração municipal
- D. Para assegurar a observância dos princípios constitucionais, tais como: forma republicana, sistema representativo; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta, dentre outros.**
- E. Para nomear interventores em caso de calamidade pública

**Explicação/Fundamentação Jurídica:** A União pode intervir nos Municípios localizados em Territórios federais, excepcionalmente, para assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis, conforme art. 34, VII, c, da CF/88, a saber: Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

**Art. 35.** O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a **União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:** I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

**Art. 36.** A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário; II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral; III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas. § 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas. § 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade. § 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

**Doutrina:** Pedro Lenza observa que “a intervenção federal nos Municípios é excepcional e restrita às hipóteses constitucionais expressas”. **LENZA, Pedro.** *Direito Constitucional Esquemático.* São Paulo: Saraiva, 2010. p. 386.

**Jurisprudência:** IF.592.CE. Relator Min. Celso de Mello. STF. 1998. D.J. 09.10.98. Ementário 1926-01. Tribunal Pleno. Rte: TRT 7.<sup>a</sup> Região. Rdo: Município de Ibiapina/CE. Nesta



**jurisprudência, IF não conhecido, para afastar possibilidade de intervenção federal nos casos não autorizados pela CF, qual seja: municípios dentro de Estados da Federação. A jurisprudência e o voto do relator enfatizam a constitucionalidade da exceção interposta de intervenção federal em Municípios logados a territórios federais, no Brasil.**

**Conclusão: Improcedente o recurso. A resposta certa é aquela expressa na opção “D”, de conformidade com o enunciado da questão. Há permissão constitucional para intervenção da União em Municípios dos territórios federais, devidamente demonstrada, nos casos autorizados pela CF, Art. 35, conforme entendimento da jurisprudência e doutrina apresentados. A matéria está em conformidade com o edital do referido concurso.**

**QUESTÃO: 47**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O gabarito divulgado já trazia a resposta correta como a “E, objeto do recurso, como se pode observar no link a seguir: <https://cev-urca.org/edital/pma/provas-e-gabarito/GABARITO%20PRELIMINAR.pdf>

**47. QUAL É A NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO POPULAR PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988?**

- A. Ação penal pública de defesa do meio ambiente.
- B. Ação constitucional de controle concentrado.
- C. Ação de iniciativa privada para defesa de interesses individuais.
- D. Ação constitucional para controle difuso de constitucionalidade.
- E. Ação civil pública de defesa dos interesses da coletividade, utilizável por qualquer cidadão.**

Espelho: **Resposta correta:** e) Ação civil pública

**Fundamento legal:** CF/88, art. 5º, LXXIII.

**Explicação:** A ação popular é instrumento de cidadania que permite ao cidadão defender o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico-cultural.

**Doutrina:**

**“É um instrumento de defesa dos interesses da coletividade, utilizável ou qualquer de seus membros. Por ela não se ampara direitos individuais próprios, mas em interesses da comunidade.”** MEIRELLES, Hely Lopes. **MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MANDADO DE INJUNÇÃO, HABEAS DATA, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE E ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.** ed. 23. atualizada por Arnaldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes. Malheiros. São Paulo. 2001. p. 118.

José Afonso da Silva destaca que a ação popular é “um mecanismo de participação direta do cidadão na defesa da coisa pública”. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo.* São Paulo: Malheiros, 2022.



**NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE**

**QUESTÃO: 42**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Mantendo-se o gabarito da alternativa B – Corpo, gestos e movimentos.

Após análise do recurso interposto, que solicita a alteração do gabarito para a alternativa D – Escuta, fala, pensamento e imaginação, a banca esclarece que não assiste razão, devendo ser mantido o gabarito preliminar da alternativa B – Corpo, gestos e movimentos.

A questão apresenta o seguinte excerto da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017, p. 41): “*Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam [...].*”

Tal fragmento integra a descrição do campo de experiências “Corpo, gestos e movimentos”, motivo pelo qual a alternativa B é a correta.

Quanto à alegação de ambiguidade curricular, cumpre esclarecer que, embora a BNCC reconheça a integração entre os campos de experiências, o documento apresenta descrições específicas para cada campo, permitindo a identificação do campo correspondente quando um trecho é extraído diretamente de sua definição, como ocorre na questão. Assim, o fato de determinadas linguagens aparecerem em diferentes contextos pedagógicos não implica que o fragmento citado pertença a mais de um campo.

Também não procede a alegação de que a questão carece de contextualização ou que haveria sobreposição entre alternativas que inviabilizaria uma resposta única. O **fragmento foi extraído de forma literal** do texto da BNCC que **descreve o campo de experiências indicado no gabarito**, sendo plenamente possível identificar a alternativa correta **com base no conhecimento do documento normativo**.

Por fim, as referências apresentadas no recurso, acerca da integração entre campos de experiências não invalidam a objetividade da questão, **uma vez que a questão não exige análise pedagógica de práticas integradas, mas sim o reconhecimento do campo de experiências correspondente ao excerto apresentado**.

**Passa-se à análise das alternativas:**

**Alternativa A – O eu, o outro e o nós**

**Incorreta.** Esse campo de experiência está relacionado ao desenvolvimento das interações sociais, à construção da identidade, ao convívio com o outro, ao respeito, à autonomia e ao pertencimento em grupos sociais. O trecho apresentado no enunciado não enfatiza prioritariamente as relações interpessoais ou a constituição do eu em relação ao outro, mas sim as formas de comunicação e expressão por meio de diferentes linguagens corporais e expressivas.

**Alternativa B – Corpo, gestos e movimentos**

**Correta.** Esse campo de experiências está voltado às vivências em que a criança utiliza o corpo, os gestos, os movimentos, a dança, o teatro e outras formas expressivas para comunicar-se, manifestar emoções, interagir e construir conhecimentos sobre si e sobre o mundo. O excerto citado pela questão corresponde diretamente a essa definição, razão pela qual esta é a única alternativa correta.

**Alternativa C – Traços, sons, cores e formas**

**Incorreta.** Embora o trecho mencione elementos como música e teatro, que podem dialogar com experiências artísticas, o foco do fragmento não está na exploração estética, na criação artística ou na



apreciação de sons, cores, traços e formas. O centro da passagem está na comunicação e expressão da criança por meio de diferentes linguagens, especialmente vinculadas ao uso do corpo e do movimento, o que remete ao campo Corpo, gestos e movimentos, e não ao campo Traços, sons, cores e formas.

#### **Alternativa D – Escuta, fala, pensamento e imaginação**

**Incorreta.** Esse campo de experiências relaciona-se principalmente ao desenvolvimento da linguagem oral, da escuta, da narrativa, da imaginação, da ampliação vocabular e da participação em situações comunicativas mediadas pela fala e pela escuta. Embora as brincadeiras de faz de conta possam envolver imaginação, o trecho não privilegia a oralidade ou a construção do pensamento por meio da linguagem verbal, mas sim a expressão em diferentes linguagens corporais e performáticas.

#### **Alternativa E – Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**

**Incorreta.** Esse campo de experiências está associado à observação, exploração e compreensão do mundo físico e sociocultural, envolvendo noções de espaço, tempo, quantidade, medidas, fenômenos, relações e transformações. Não há, no trecho citado, elementos que remetam a esses aspectos.

Dessa forma, verifica-se que a questão foi elaborada com base em excerto compatível com a descrição do campo de experiências “Corpo, gestos e movimentos”, não havendo ambiguidade, imprecisão técnica ou duplicidade de interpretação que justifique a alteração do gabarito.

#### **QUESTÃO: 45**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Decisão - Recurso indeferido, mantendo-se o gabarito preliminar da questão.

Após análise do recurso apresentado pelo(a) candidato(a), verifica-se que a argumentação apresentada não procede para fins de alteração de gabarito ou anulação da questão.

O(A) candidato(a) informa que marcou no cartão-resposta a alternativa C, alegando que, em seu caderno de prova, teria resolvido corretamente a questão, mas que, devido ao tempo disponível para realização da prova, acabou assinalando alternativa diferente daquela que considerava correta.

Contudo, conforme as normas que regem os concursos públicos, o cartão-resposta constitui o único documento válido para a correção das questões objetivas, sendo de inteira responsabilidade do candidato o correto preenchimento e a conferência das alternativas assinaladas antes da entrega da prova. Eventuais equívocos no momento da marcação das respostas não podem ser atribuídos à organização do certame ou à elaboração da questão.

Dessa forma, considerando que o recurso apresentado se refere a uma situação individual relacionada ao preenchimento do cartão-resposta, não há fundamento técnico ou jurídico que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

#### **QUESTÃO: 50**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Decisão - Recurso indeferido, mantendo-se os critérios de correção previstos no edital.

Após análise do recurso apresentado pelo(a) candidato(a), verifica-se que a argumentação apresentada não apresenta elementos que justifiquem alteração do resultado da avaliação.

O(A) candidato(a) relata que não conseguiu realizar o preenchimento do cartão-resposta em razão de dificuldades relacionadas ao tamanho da fonte das questões e à pouca clareza no ambiente de realização da prova, informando que teria resolvido a avaliação, mas não conseguiu marcar as respostas no gabarito.



Entretanto, conforme estabelecido nas normas que regem a aplicação de provas objetivas em concursos públicos, o cartão-resposta é o único documento válido para fins de correção, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o correto preenchimento das alternativas dentro do tempo regulamentar de prova. Além disso, eventuais condições relacionadas ao ambiente de aplicação ou ao material de prova devem ser comunicadas imediatamente à equipe de fiscalização durante a realização do exame, para que possam ser avaliadas e, se necessário, solucionadas no momento oportuno.

Não havendo registro formal de ocorrência durante a aplicação da prova que indique irregularidade nas condições do ambiente ou no material fornecido, não é possível considerar respostas que não tenham sido devidamente assinaladas no cartão-resposta, tampouco proceder à correção com base em alegações posteriores.

Dessa forma, não se verifica fundamento técnico ou administrativo que permita revisão do procedimento de correção.

<b>NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO</b>
<b>PROFESSOR DE CIÊNCIAS</b>

**QUESTÃO: 42**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

Após criteriosa análise à interposição de recurso contra o gabarito da questão 42, que trata de conceitos de Ecologia Populacional, elaborou-se as seguintes considerações:

O recurso aponta que o item que afirma que “a contagem do número de indivíduos de uma população em um único momento temporal não é suficiente para estimar, de forma confiável, sua taxa de crescimento populacional” apresentaria ambiguidade conceitual, ao supostamente confundir os conceitos de estimativa do tamanho populacional e taxa de crescimento populacional.

Entretanto, após análise do enunciado e da assertiva questionada, verifica-se que não há inconsistência conceitual na formulação da questão. A afirmativa refere-se explicitamente à estimativa da taxa de crescimento populacional, parâmetro demográfico que, no campo de estudos da Ecologia Populacional, depende necessariamente da análise de variações no tamanho da população ao longo do tempo, considerando processos como natalidade, mortalidade, imigração e emigração. Dessa forma, a simples contagem do número de indivíduos em um único momento temporal fornece apenas uma estimativa do tamanho populacional (N) naquele instante, não sendo suficiente para estimar, de maneira confiável, a taxa de crescimento populacional, que exige comparação entre pelo menos dois momentos temporais distintos.

O próprio referencial teórico citado no recurso corrobora essa compreensão. Conforme Begon, Townsend e Harper (2007), embora a contagem de indivíduos em um determinado momento seja um procedimento válido para estimar o tamanho ou a densidade de uma população, a análise de sua dinâmica ou crescimento requer dados obtidos em diferentes momentos, permitindo avaliar as mudanças populacionais ao longo do tempo.

Assim, observa-se que a assertiva questionada encontra-se conceitualmente correta, pois distingue adequadamente a estimativa do tamanho populacional da estimativa da taxa de crescimento populacional, não havendo ambiguidade que comprometa a objetividade da questão ou a interpretação por parte dos candidatos.



Diante do exposto, mantém-se o gabarito originalmente divulgado para a questão.

**Conclusão:** Após análise do recurso, mantém-se o gabarito originalmente divulgado, não havendo fundamento para a anulação da questão.

**Recurso indeferido.**

## QUESTÃO 48

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Analizando o recurso interposto contra o gabarito da questão, que aborda conceitos relacionados às ondas mecânicas e eletromagnéticas, especialmente no contexto do som e de seus efeitos fisiológicos, procedeu-se a avaliação da argumentação apresentada:

O recurso informa que “a questão possui duas alternativas corretas, as alternativas “A” e “D”, o que impossibilita o leitor de escolher apenas uma delas”. Após análise do enunciado e das alternativas, verifica-se que não procede a alegação de alternativas igualmente corretas.

A alternativa “A” apresenta definição adequada do fenômeno sonoro ao afirmar que o som é uma onda mecânica que se propaga em meios materiais por compressões e rarefações, bem como relaciona corretamente a intensidade sonora à quantidade de energia transportada por unidade de área e tempo. Tal descrição está plenamente alinhada aos princípios da Física das ondas e dialoga diretamente com o fenômeno discutido no texto introdutório, que aborda a propagação e os efeitos fisiológicos do som no organismo humano.

Por outro lado, a alternativa “D” apresenta uma construção que reúne duas proposições distintas. Embora seja correto afirmar que ondas eletromagnéticas podem se propagar sem a necessidade de meio material, a afirmação subsequente estabelece uma relação explicativa que não decorre diretamente da primeira proposição. A formulação cria uma associação inadequada entre os fenômenos descritos, o que compromete a precisão conceitual da alternativa no contexto da questão proposta. Assim, a alternativa não atende plenamente ao critério de correção exigido para a resposta.

Dessa forma, apenas a alternativa “A” apresenta formulação conceitualmente correta e plenamente compatível com o contexto abordado no enunciado, não havendo duplicidade de respostas corretas.

**Conclusão:** Após análise do recurso, mantém-se o gabarito originalmente divulgado, não havendo fundamento para a anulação da questão.

**Recurso indeferido.**

<b>NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO</b>
<b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA</b>

## QUESTÃO: 41

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O recurso apresentado pelo candidato não procede, pois, a alternativa C já é a correta, como apresentado no gabarito publicado, enquanto a alternativa D está conceitualmente incorreta dentre das abordagens



contemporâneas de avaliação educacional e da Educação Física Escolar. Dessa forma, a argumentação apresentada no recurso não invalida o gabarito preliminar, mas ao contrário, reforça a adequação da alternativa C como resposta correta da questão. Após a análise da fundamentação apresentada, esta banca INDEFERE o recurso, mantendo-se o gabarito da alternativa C para a questão 41.

<b>NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO</b>
----------------------------------

<b>PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)</b>
---

**QUESTÃO: 32**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**QUESTÃO ANULADA**

A ausência da palavra “regular” de fato pode modificar a compreensão acerca de “rede de ensino”.  
Questão anulada.

**QUESTÃO: 35**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A “ausência” do tipo de instituição de ensino não inviabiliza a questão, uma vez que, segundo a legislação contemporânea, a formação de profissionais da Educação Básica deve ser preferencialmente no Ensino Superior, mas a Fonoaudiologia, a qual está emparelhada em uma caracterização de nível, só pode ser realizada através de curso superior. Ainda, a presença do tripé ensino-pesquisa-extensão denota o nível superior como o lugar onde as Libras devem ser incluídas, não trazendo prejuízo à compreensão do enunciado, não sendo, assim, possível considerá-la incorreta.

**QUESTAO: 38**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Embora se deva entender os campos de experiência como atravessando uns aos outros, há uma identidade própria relacionado a cada um. No caso da afirmação “As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o choro e outros recursos vocais, os quais ganham sentido com a interpretação do outro”, a mesma é retirada do texto explicativo do campo de experiência **escuta, fala, pensamento e linguagem**, logo na segunda frase do mesmo. Se trata de linguagem pois a forma de comunicação dos bebês não superaram o binômio sensação-percepção. Objetivamente, essa afirmação está *ipsis litteris* como se apresenta no documento da BNCC.

<b>NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO</b>
----------------------------------

<b>PROFESSOR DE MATEMÁTICA</b>
--------------------------------

**QUESTÃO: 34**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O item I é falso, pois a função  $h(x)=2x-1$  não possui ponto de mínimo. Já as assertivas II, III, IV, V e VI são verdadeiras. Logo, a alternativa correta é a letra C, em conformidade com o gabarito oficial. Além disso, o recurso menciona ponto de máximo, embora a questão trate de ponto de mínimo.



---

**QUESTÃO: 35**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

A equação é satisfeita para todo  $x > 0$ , com  $x \neq 1$ . Portanto, o conjunto solução é exatamente o domínio da expressão, correspondente à letra C. As letras A, B e D apresentam apenas elementos isolados da solução, e não o conjunto solução completo.

**QUESTÃO: 37**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**  
**QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 40**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

A função  $f$  é bijetiva, a função  $g$  também é bijetiva e a função  $h(x) = \sin(x)$  não é injetiva nem sobrejetiva em  $\mathbb{R}$ . Desse modo, a alternativa correta é a letra C. A questão não afirma que todas as funções são bijetivas.

**QUESTÃO: 41**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

O número de apertos de mão entre 8 homens é  $C(8,2) = 28$ . O número de acenos entre 8 homens e 12 mulheres é  $8 \cdot 12 = 96$ . Logo, a alternativa correta é a letra A, e não a letra C.

**QUESTÃO: 42**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

O problema trata de pares ordenados distintos, e não de conjunto das partes. Com  $N$  citações distintas, o número de pares possíveis é  $N(N-1)$ . Como  $N(N-1) \geq 40$ , o menor valor é  $N=7$ . Portanto, a alternativa correta é a letra A.

**QUESTÃO: 43**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

A soma dos coeficientes é  $P(1) = (k-4)^n$ . Como essa soma é igual a zero, segue que  $k=4$ . Assim, a afirmativa I é verdadeira, a II também é verdadeira e a III é falsa, pois o termo independente é  $(-4)^n$ , que nem sempre é positivo. Logo, a alternativa correta é a letra C.

**QUESTÃO: 46**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

A circunferência tem centro  $(3, -1)$  e raio 5. As retas tangentes com inclinação de  $45^\circ$  têm coeficiente angular 1, e a condição de tangência conduz às equações  $y = x + 5\sqrt{2} - 4$  e  $y = x - 5\sqrt{2} - 4$ . Portanto, a alternativa correta é a letra A.

**QUESTÃO: 47**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

A expressão simplifica-se para  $\tan(x)$ . Isso ocorre porque  $(\cos^4 x - \sin^4 x) / (\cos^2 x - \sin^2 x) = 1$ , no domínio da expressão, e  $\sin(2x) / (2\cos^2 x) = \tan(x)$ . Logo, a alternativa correta é a letra A. O recurso decorre de simplificação incorreta e não justifica anulação.



**NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO**  
**PROFESSOR DE PORTUGUÊS**

**QUESTÃO: 33**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**33. Ainda referente à primeira estrofe, o eu lírico usa recursos estilísticos para expressar a inexorabilidade da morte. Com base na análise destes recursos presentes no texto, assinale a alternativa correta:**

- a. Em “quando a foice da morte colhe a vida”, há uma personificação (ou prosopopeia), pois atribui-se à morte a ação humana de “colher”, além do uso da metáfora da “foice” para representar o fim da existência.
- b. O verso “não importa se é pobre ou tem dinheiro” apresenta uma hipérbole, pois exagera a condição social das pessoas diante do destino final.
- c. A expressão “caminhão derradeiro” é uma sinestesia, pois mistura sensações visuais com o tato para descrever a passagem do tempo.
- d. No trecho “deixa toda alegria cancelada / e no peito uma dor sem ter medida”, observa-se um eufemismo, uma vez que o autor busca suavizar o sofrimento causado pela perda.
- e. O termo “passo traiçoeiro” configura uma antítese, pois estabelece uma contradição lógica entre o movimento e a traição.

**Alternativa Correta: A**

**Por que as outras estão incorretas?**

B: O verso apresenta uma antítese (pobre vs. dinheiro), não uma hipérbole.

C: "Caminhão derradeiro" é uma metáfora para o veículo que transporta os mortos ou para a própria morte, não uma sinestesia.

D: O texto é cru e direto sobre a dor ("dor sem ter medida"), o que é o oposto do eufemismo (que visa suavizar).

E: "Passo traiçoeiro" é uma personificação ou uma metáfora qualificativa, mas não uma antítese, pois não há ideias opostas em confronto direto nessas palavras.



---

**QUESTÃO: 35**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

35. Marque a opção correta sobre o sentido do texto pode-se dizer:

I – A morte é o "caminhão derradeiro" onde todos, inevitavelmente, terão que embarcar, sua "estrada" é o destino final de qualquer rota que se escolha em vida. É, portanto, uma grande niveladora social.

II – A metáfora do "trem da desgraça" que não avisa o horário da partida reforça a ideia de que o ser humano não tem controle sobre o fim. A ausência de uma despedida formal (o "nem mesmo acenar") torna a dor "pesada" para quem fica, o consolo vem da certeza de que ninguém é poupado.

III - O refrão — "é que a gente percebe não ser nada" — é o coração filosófico do texto. Ele sugere que todo o ego, as posses e a alegria humana são ilusórios ou efêmeros.

IV - O texto traz uma visão profunda sobre o luto: "quem morreu transferiu a dor sofrida". Isso indica que, ao morrer, o sofrimento físico ou existencial do falecido cessa, mas ele não desaparece; ele é "entregue" aos que ficam sob a forma de saudade apertada e lágrimas.

a. I, II e IV estão corretas.

b. I, II e III estão corretas.

**c. I, III e IV estão corretas.**

d. II, III e IV estão corretas.

e. Todas estão corretas.

1. A Morte como Niveladora Social

O autor enfatiza que a morte não faz distinção de classe: "não importa se é pobre ou tem dinheiro". Ela é o "caminhão derradeiro" onde todos, inevitavelmente, terão que embarcar. A "estrada" da morte é o destino final de qualquer rota que se escolha em vida.

2. A Imprevisibilidade e o Choque

A morte é descrita como algo furtivo e súbito ("passo traiçoeiro", "de repente ele surge"). A metáfora do "trem da desgraça" que não avisa o horário da partida reforça a ideia de que o ser humano não tem controle sobre o fim. A ausência de uma despedida formal (o "nem mesmo acenar") é o que torna a dor mais "pesada" para quem fica.

3. A Fragilidade Humana (Niilismo)



O refrão — "é que a gente percebe não ser nada" — é o coração filosófico do texto. Ele sugere que todo o ego, as posses e a alegria humana são ilusórios ou efêmeros. Somente diante da "foice" (símbolo clássico da morte) é que a arrogância humana se desfaz e a nossa insignificância perante o tempo e o destino é revelada.

#### 4. A Transferência da Dor

O texto traz uma visão profunda sobre o luto: "quem morreu transferiu a dor sofrida". Isso indica que, ao morrer, o sofrimento físico ou existencial do falecido cessa, mas ele não desaparece; ele é "entregue" aos que ficam sob a forma de saudade apertada e lágrimas.

### QUESTÃO 36

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

36. A respeito das reflexões sobre a morte apresentadas no texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. O eu lírico apresenta a morte como uma força democrática e inexorável, que anula as distinções sociais e a vaidade humana.

#### PORQUE

II. A imprevisibilidade do "trem da desgraça" e o caráter definitivo do "caminho de só ida" revelam a fragilidade da existência, levando o ser humano à percepção de sua própria insignificância diante do fim.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

**a. I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.**

b. I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c. I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

d. I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e. I e II são proposições falsas.

Asserção I: É verdadeira, pois o texto afirma explicitamente que "não importa se é pobre ou tem dinheiro" e que a morte é o "caminhão derradeiro" de todos, estabelecendo a ideia de universalidade e igualdade perante o fim.



Asserção II: Também é verdadeira e justifica a primeira. A sensação de "não ser nada" (insignificância) mencionada no refrão é consequência direta da natureza súbita ("de repente ele surge") e irreversível ("não tem volta") da morte, que ignora ritos e posses, confirmando por que ela nivela todos os seres.

- Por que outras opções estão incorretas

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I: Incorreto, pois a fragilidade descrita na II explica a razão pela qual as distinções da I perdem o valor.

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa: Incorreto, pois a asserção II descreve fielmente trechos como "não informa o momento da partida" e "o caminho é só de ida".

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira: Incorreto, já que o texto foca justamente no caráter democrático da morte ("é de todos").

As asserções I e II são proposições falsas: Incorreto, ambas refletem o núcleo temático do poema.

### QUESTÃO 43

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

43. No excerto: *Era uma vez uma menina sozinha, pensativa, mas muito brincante: brincava de pensamento quando viajava nas nuvens; brincava de nuvem, quando viajava em seus pensamentos, o autor utiliza recursos expressivos para construir o sentido da narrativa. Sobre o emprego da linguagem figurada nesse trecho, assinale a alternativa correta:*

a. O autor utiliza uma metáfora para indicar que o personagem realizava atividades físicas ao ar livre. O sentido é psicológico/imaginário, não necessariamente físico.

b. Ocorre uma personificação (prosopopeia), pois atribui-se ao "pensamento" e à "nuvem" a capacidade humana de brincar. Não há personificação clássica (atribuição de ações humanas a seres inanimados), pois é a menina quem brinca com o pensamento e a nuvem, e não o pensamento ou a nuvem que tomam a iniciativa de brincar por conta própria.

c. O trecho apresenta uma metonímia, substituindo o ato de imaginar pelo objeto "nuvem". Não se trata de metonímia (substituição baseada em contiguidade, como "comer dois pratos"), mas sim de uma construção poética que explora a semelhança e a interdependência entre o real e o imaginário.

d. **O uso do verbo "brincar" associado a substantivos abstratos ou elementos da natureza configura uma linguagem conotativa, sugerindo ludicidade e liberdade imaginativa. Por que esta é a correta?** A linguagem conotativa (figurada) é aquela que foge ao sentido literal do dicionário. Ninguém



"brinca de pensamento" como quem brinca de bola; a expressão sugere que o personagem usa a imaginação de forma leve e criativa

e. Trata-se de um eufemismo, utilizado para suavizar uma situação de tédio ou solidão do personagem. O trecho não funciona como um eufemismo para suavizar o tédio, mas sim para exaltar a riqueza da vida interior da personagem, transformando a solidão em um momento de criação e prazer.

#### QUESTÃO 49

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

*Agora não é difícil de adivinhar onde morava o beija-flor: ele estava o tempo todo dentro do seu coração de menina, porque **“há”** muito ela amava o beija-flor e ainda não percebia.*

**Sobre o uso da palavra “há” nesse contexto, assinale a alternativa correta:**

a. O termo indica uma ideia de existência, podendo ser substituído por "existe" sem prejuízo ao sentido original do texto. - Embora o verbo haver possa significar "existir", neste contexto específico ele indica tempo, e não a existência de algo.

b. **Trata-se de uma marcação de tempo decorrido (passado), podendo ser substituído pela forma verbal “faz”.** Trata-se de uma marcação de tempo decorrido (passado), podendo ser substituído pela forma verbal "faz". O verbo haver é utilizado com sentido de tempo decorrido. Na língua portuguesa, quando o verbo haver indica tempo passado, ele é impessoal (não possui sujeito) e pode ser substituído pelo verbo fazer (ex: "faz muito tempo que ela amava").

c. O uso está incorreto, pois, por se referir a uma distância temporal, deveria ser substituído pela preposição “a”. A preposição "a" é utilizada para indicar tempo futuro ou distância física. Para tempo passado, a norma culta exige o uso de "há".

d. O termo funciona como um verbo impessoal que indica uma ação futura, equivalente a “haverá”. O contexto descreve uma situação contínua no passado (amava), portanto, não se refere a um evento futuro.

e. A forma “há” indica posse, concordando com o sujeito "ela" da oração seguinte. O verbo haver com sentido de posse é considerado um arcaísmo ou uso informal/coloquial (substituído por "ter"). Além disso, nesse caso, ele é impessoal, não concordando com "ela".



**NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO**  
**PORTUGUÊS**

**QUESTÃO: 01**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

A estrofe a ser analisada:

*Seu doutor me dê licença pra minha história contar*

*Hoje eu tô na terra estranha, é bem triste o meu penar*

*Mas já fui muito feliz vivendo no meu lugar*

*Eu tinha cavalo bom e gostava de campear*

*E todo dia aboiava na porteira do curral*

(...)

O fragmento destaca o contraste entre o presente (*hoje eu tô na terra estranha, triste meu penar*) e o passado (*já fui muito feliz vivendo no meu lugar*). O eu lírico utiliza elementos da cultura sertaneja, como o cavalo e o ato de aboiar, para caracterizar a identidade que foi perdida ou deixada para trás devido à migração. PORTANTO:

- A) A dificuldade de se comunicar com pessoas de maior nível instrucional, como o "doutor". – O pedido de "licença" ao doutor indica uma hierarquia social, mas a tristeza central do texto advém da saudade do lar, não da dificuldade de fala.
- B) A perda de suas habilidades como vaqueiro e o esquecimento de como "aboiar". O texto reforça que ele era um bom vaqueiro, mas a tristeza não é por esquecer a técnica, e sim por não estar mais no ambiente onde a exercia.
- C) O sentimento de desterro e a saudade de sua terra natal e do modo de vida rural. - CORRETA
- D) A insatisfação com as condições de trabalho na "terra estranha" onde vive atualmente. ". Embora ele esteja em uma "terra estranha", o texto não detalha as condições de trabalho atuais, focando apenas no sentimento emocional da ausência do lugar de origem.
- E) A impossibilidade de criar animais de grande porte no ambiente urbano. - O texto não menciona especificamente o ambiente urbano ou a proibição de criar animais, mas sim a falta que o seu "lugar" antigo faz em sua vida.



---

**QUESTÃO: 03**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

I - Busca por melhores salários. **Embora implícito em migrações, o texto foca na perda da subsistência rural, não em ofertas de emprego.**

II – O texto é um exemplo de um hábito tão antigo quanto à humanidade: o desejo de conhecer novos lugares, novas culturas. **O tom do texto é de lamento ("num é bom nem imaginar"), indicando uma partida forçada e não por curiosidade.**

III – Reflexo de êxodo rural, Vaca e Boi Fubá apresenta de questões sobre o conflito pela posse de terras. **O texto menciona a perda do "gadinho" devido à seca, e não por disputas fundiárias.**

IV – Expatriado, o eu lírico lamenta das condições climáticas que o impeliram da sua essência - correta

V – O aboiar é manifesto de lembrança, expressão de sentimentos, espaço simbólico de pertencimento. – correta

- a. Todas são verdadeiras
- b. I, III e IV são verdadeiras.
- c. III e IV são verdadeiras.
- d. II e V são verdadeiras.
- e. **IV e V são verdadeiras.**

**QUESTÃO: 04**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão diz: **No verso *Eu sou filho do Nordeste, não nego meu naturá, Mas uma seca medonha me tangeu de lá pra cá...* A palavra "naturá" e a expressão "me tangeu" exemplificam qual fenômeno da língua portuguesa?**

- a. Expressão linguística regional e social uma vez que registra a fala e a cultura do camponês do Nordeste. – CORRETA - O texto utiliza o registro coloquial e dialetal do interior do Nordeste, preservando a identidade cultural do falante.
- b. Uso de arcaísmo, ou seja, resgate de palavras/expressões em total desuso da língua. As expressões não são palavras em desuso total na língua, mas sim marcas de um falar regional contemporâneo à obra.
- c. Vício de linguagem, utilização de termos por descuido, despreocupação com a linguagem. O uso de "naturá" não é um erro por descuido, mas uma marca intencional de oralidade e identidade na poesia popular.
- d. Utilização da linguagem culta, padrão. A supressão do "l" final em "natural" e o uso de termos como "tangeu" e "gadinho" afastam-se da formalidade gramatical.



---

e. Ausência de saber e de cultura. A linguagem é o reflexo da voz rural nordestina, o conteúdo do texto demonstra muito conhecimento da cultura local.

**QUESTÃO: 05**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

- a. A exaltação do progresso urbano e a necessidade de modernização do sertão através da migração.
- b. Uma crítica política direta contra os latifundiários que impedem o acesso à terra no Nordeste.
- c. O relato técnico sobre as dificuldades de criação de gado em períodos de seca extrema no semiárido.
- d. O uso de uma linguagem culta e formal para demonstrar que o sertanejo possui instrução acadêmica.
- e. **A expressão da saudade da terra natal e a preservação do patrimônio linguístico e cultural do povo sertanejo.**

Os termos grifados ressaltam as informações falsas sobre o texto.

**QUESTÃO: 06**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O enunciado da questão solicita: **06. Não nasceu capim no campo para o gado sustentar. A expressão destacada na sequência funciona sintaticamente como:**

- a. Complemento nominal do termo campo.
- b. Oração subordinada adjetiva explicativa.
- c. Oração coordenada assindética.
- d. Oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo.
- e. Oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.

**A expressão "para o gado sustentar" funciona sintaticamente como uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.** Ela indica a finalidade ou o objetivo de não ter nascido capim, podendo ser substituída por "para que o gado se sustentasse" ou "para sustento do gado"

Detalhando:

**Classificação:** Oração Subordinada Adverbial Final (indica propósito/finalidade).

**Forma:** Reduzida de Infinitivo (o verbo "sustentar" está no infinitivo, sem conjunção integrante "que" ou "para que" explícita antes do sujeito).

**Função Semântica:** Indica o fim a que se destinava o capim (sustento).



Na frase "Não nasceu capim no campo para o gado sustentar", o termo "o gado" é o sujeito do verbo sustentar (que é transitivo direto e se refere ao sustento do próprio gado ou sustento de si mesmo - reflexivo implícito no contexto da música), indicando a finalidade da existência do capim.

**QUESTÃO: 07**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**Ao dizer que *O sertão esturricou*, o eu lírico afirma que:**

- a. o sertão incubou.
- b. o sertão venceu.
- c. o sertão morreu.
- d. o sertão crestou = queimou
- e. o sertão abafou.

**LETRA D é a opção correta.**

**QUESTÃO: 08**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão solicita: **No excerto ... *fez os açude secar*... ocorre um desvio da norma culta que também é encontrado em:**

- a. Os brasileiros somos todos patriotas. Silepse – concordância ideológica
- b. Roupas colorida sujam menos. Substantivo feminino plural, adjetivo deve concordar em gênero e número.**
- c. Metade da multidão foi ao clube. Silepse – concordância ideológica
- d. São Paulo é enorme e acolhedora. Silepse – concordância ideológica
- e. Compramos o suco e a água gelados. Silepse – concordância ideológica

**QUESTÃO: 09**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

**Dado o excerto, marque a opção em que não apareça a mesma regra de acentuação gráfica da palavra destacada: *Ê ê ê ê la a a a ê ê ê Vaca Estrela/Ô ô ô Boi Fubá.***

- a. O sertão retratado fica no Ceará.
- b. O texto é de Patativa do Assaré.
- c. Guardei tudo no baú da saudade.**
- d. As ovelhas também morreram.



e. Pegue o chapéu e as esporas.

Oxítonas são acentuadas quando terminam em -a(s), -e(s), -o(s), -em, -ens. Também recebem acento as terminadas em ditongos abertos -éi(s), -éu(s), -ói(s). Acento agudo é usado para sons abertos (café, avó, herói) e circunflexo para fechados (você, avô, supôs).

**Baú** A palavra baú é acentuada por formar um hiato em que a vogal tônica está sozinha na sílaba (ou acompanhada de 's') e é precedida por outra vogal, segundo o Dicionário Infopédia. Essa regra, conhecida como regra do hiato, exige o acento agudo para separar a pronúncia

<b>NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO</b>
<b>CONHECIMENTOS GERAIS</b>

**QUESTÃO: 11**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O território é a base espacial do Estado, sendo o espaço delimitado no qual ele exerce autoridade e aplica suas leis. O governo é transitório, a população inclui nacionais e estrangeiros residentes, e a soberania refere-se ao poder político supremo exercido internamente e reconhecido externamente. Por tanto, mantem-se a questão e alternativa C como correta.

**Justificativa das demais alternativas:**

A) Incorreta: Estado e sociedade não são sinônimos. A sociedade compreende o conjunto das relações sociais, econômicas, culturais e familiares existentes em determinado espaço. O Estado, por sua vez, é a organização política e jurídica que exerce autoridade sobre essa sociedade. Portanto, não se confundem conceitualmente.

B) Incorreta: O governo não é permanente. Ele corresponde ao conjunto de pessoas que exercem temporariamente a direção política do Estado. Mudanças de governo ocorrem por meio de eleições, sucessões ou outras formas de substituição, enquanto o Estado permanece como instituição duradoura.

D) Incorreta: População é o conjunto de pessoas que vivem no território do Estado, incluindo nacionais e estrangeiros residentes. O direito ao voto está relacionado à cidadania, não sendo critério para definir quem compõe a população.

E) Incorreta: Soberania refere-se ao poder supremo do Estado de exercer autoridade dentro de seu território (soberania interna) e de se relacionar de forma independente com outros Estados (soberania externa). Não depende apenas de reconhecimento cultural, mas está ligada ao poder político e jurídico.



---

**QUESTÃO: 12**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A Constituição Federal de 1988 adota o princípio da separação e harmonia entre os poderes, inspirado na teoria de Montesquieu, com o objetivo de evitar abusos de poder e garantir o funcionamento equilibrado do Estado, assegurando os direitos fundamentais e a manutenção do regime democrático. A alternativa D é a correta porque expressa o princípio constitucional da separação e harmonia entre os poderes, cuja finalidade é impedir abusos, preservar o Estado Democrático de Direito e garantir direitos fundamentais.

**Análise das demais alternativas:**

A) Incorreta: A elaboração das leis é função típica do Poder Legislativo, enquanto a execução das políticas públicas e a administração do Estado são atribuições do Poder Executivo. A alternativa inverte as funções típicas desses poderes.

B) Incorreta: A separação dos poderes não tem como finalidade concentrar decisões no governo federal. Ao contrário, busca evitar a concentração de poder, promovendo equilíbrio e controle recíproco entre Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

C) Incorreta: Propor emendas à Constituição é atribuição do Poder Legislativo (com participação do Executivo em casos específicos de iniciativa). O Poder Judiciário tem como função típica interpretar e aplicar as leis, julgando conflitos e assegurando a constitucionalidade dos atos normativos. Administrar orçamento público também não constitui sua função principal.

E) Incorreta: A Constituição não estabelece supremacia de um poder sobre os demais. O modelo brasileiro baseia-se na independência e harmonia entre os poderes, com mecanismos de freios e contrapesos (*checks and balances*), impedindo que qualquer deles interfira livremente nas competências dos outros.

**QUESTÃO: 16**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

De acordo com o enunciado, a questão se apresenta com base em dados e publicação do IPECE, amplamente divulgados nos meios de comunicação. Para fins de conferência na página do instituto, esta pode ser acessada pelo seguinte link: <https://www.adece.ce.gov.br/2025/12/19/pib-do-ceara-cresce-225-no-3o-trimestre-de-2025-e-supera-resultados-nacional-e-dos-estados-da-bahia-de-sao-paulo-e-parana/#:~:text=OUVIDORIA->



.PIB%20do%20Cear%C3%A1%20cresce%20%2C25%25%20no%20%203%C2%BA%20trimestre%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20e%20Paran%C3%A1.

**QUESTÃO: 18**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A questão apresenta coerência em todas as alternativas (I, II e III), tornando a alternativa D como correta.

I. Verdadeira: O município de Assaré apresenta uma economia típica do interior do Nordeste, com forte presença da agropecuária, especialmente voltada à subsistência (milho, feijão, algodão) e à criação de animais como bovinos e aves. Além disso, é comum que a administração pública seja uma das principais fontes de emprego, seguida por comércio e serviços. Atividades complementares como piscicultura e artesanato também ocorrem, embora em menor escala. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

- a) O setor de serviços é o que tem maior participação no PIB de Assaré. Dentro desse setor, a administração pública tem grande peso e é uma das principais empregadoras.
- b) A agropecuária: Tem forte importância social e econômica local. Inclui agricultura de subsistência (milho, feijão e outros cultivos). Inclui a criação de animais (bovinos, aves, caprinos etc.).
- c) Atividades complementares: artesanato (especialmente ligado à cultura sertaneja) e piscicultura, que pode ocorrer em pequena escala, mas não é um dos principais destaques econômicos nas fontes mais recorrentes.

II. Verdadeira: Essa afirmativa descreve corretamente a estrutura político-administrativa dos municípios brasileiros. O Poder Legislativo municipal é exercido pela Câmara de Vereadores, responsável por criar leis e fiscalizar o Executivo, conforme previsto na Constituição brasileira.

III. Verdadeira: A cultura local é um elemento marcante em Assaré, especialmente pela influência de Patativa do Assaré, cuja obra tem grande importância na valorização da cultura nordestina e da identidade do município.

**QUESTÃO: 20**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, o município de Assaré possui:

- população de cerca de 21.697 habitantes;



- densidade demográfica de 18,78 hab/km<sup>2</sup>.

A fonte oficial do IBGE que sustenta a resposta pode ser acessada e consultada em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/assare/panorama>. Portanto, a questão se manteve com a alternativa A como correta.

**Análise das demais alternativas:**

- B) Incorreta: a população está em torno de 22 mil, não 100 mil.
- C) Incorreta: não há predominância de população com menos de 5 anos.
- D) Incorreta: houve variação populacional entre os censos.
- E) Incorreta: a população é muito menor que a da capital Fortaleza.

<b>NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO</b>
<b>AGENTE DE TRÂNSITO</b>

**QUESTÃO: 21**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A alternativa B afirma que o condutor deve respeitar a distância mínima de segurança do veículo à frente, o que constitui orientação correta e compatível com as normas de segurança previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

De fato, o art. 29, inciso II, do CTB estabelece que o condutor deve guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu veículo e os demais. Contudo, a ausência de menção expressa à distância lateral na alternativa não a torna incorreta.

Ressalte-se que a questão não exige, em nenhum momento, a reprodução literal do dispositivo legal, tampouco a apresentação exaustiva de todas as obrigações previstas na norma. A alternativa limita-se a indicar uma conduta correta relacionada à segurança no trânsito, o que é suficiente para sua validade. Além disso, a assertiva não apresenta qualquer elemento que indique exclusividade da distância frontal, não afirmando que esta seria a única medida de segurança aplicável, razão pela qual não há indução ao erro. Assim, o fato de a alternativa não mencionar a distância lateral não compromete sua correção, uma vez que a informação apresentada é verdadeira, ainda que não exaustiva.

**QUESTÃO: 22**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão foi elaborada com base no art. 5º do Código de Trânsito Brasileiro, o qual dispõe que o Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades responsáveis pelo exercício de diversas atividades relacionadas ao trânsito, dentre as quais se incluem, expressamente, o registro e o licenciamento de veículos.

A alegação do candidato de que o referido dispositivo se limitaria a definir o Sistema Nacional de Trânsito, sem indicar suas atividades, não encontra respaldo no próprio texto legal. Isso porque o art. 5º,



ao estabelecer a finalidade do sistema, elenca de forma expressa as atividades que o compõem, incluindo o registro de veículos.

Ainda que a distribuição específica de competências entre os órgãos integrantes do sistema seja detalhada em dispositivos posteriores, tal circunstância não afasta o fato de que o art. 5º apresenta, de maneira clara, as atividades exercidas no âmbito do **Sistema Nacional de Trânsito**.

**QUESTAO: 24**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A alternativa impugnada encontra respaldo direto no art. 121 do Código de Trânsito Brasileiro, o qual dispõe expressamente que, registrado o veículo, será expedido o Certificado de Registro de Veículo (CRV), em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário. O próprio texto legal vigente utiliza exatamente a terminologia adotada na questão, não havendo qualquer desatualização ou impropriedade na redação apresentada.

Assim, não há qualquer imprecisão técnica ou erro na assertiva, que se limita a reproduzir fielmente o comando legal vigente.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO  
QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

Art. 159 § 1º-A O porte do documento de habilitação será **DISPENSADO** quando, no momento da fiscalização, for possível ter acesso ao sistema informatizado para verificar se o condutor está habilitado. (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

A sugestão do Gabarito Correto, já é o Gabarito definido pela banca.

A alternativa impugnada está em conformidade com o art. 159 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe expressamente que o porte do documento de habilitação será **dispensado** quando, no momento da fiscalização, for possível verificar, por meio de sistema informatizado, que o condutor está devidamente habilitado.

A argumentação do candidato, fundamentada no art. 232 do CTB, não merece prosperar, uma vez que tal dispositivo prevê infração pela ausência de porte de documento obrigatório em situações regulares, não abrangendo hipóteses em que a própria legislação estabelece exceção à exigência.

No caso em análise, a verificação da regularidade da habilitação por meio de sistema informatizado afasta a obrigatoriedade do porte do documento físico, tornando inaplicável a penalidade prevista no art. 232. Adotar entendimento diverso implicaria **contradição normativa**, ao punir conduta que a própria lei expressamente autoriza.

Dessa forma, não há que se falar em autuação, estando correta a alternativa que indica a liberação do condutor sem aplicação de penalidade.

**QUESTÃO: 30**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**



[Resolução CONTRAN nº 623/2016]

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por:

I - remoção de veículos: **MEDIDA ADMINISTRATIVA** aplicada pelo agente da Autoridade de Trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado, conforme o estabelecido no art. 271 do CTB.

II - recolhimento: **ato de encaminhamento** do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.

[Resolução CONTRAN nº 623/2016]

Art. 8º A **restituição do veículo** sob custódia somente ocorrerá mediante prévio pagamento de todos os débitos incidentes devidos, bem como o reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.

A **restituição** é a devolução definitiva de um veículo que está sob custódia por questões legais.

A **liberação para reparo** é uma autorização temporária para retirar um veículo sob custódia com pendências de segurança (componentes obrigatórios) para que ele seja consertado em uma oficina, retornando depois para vistoria.

Vale ressaltar que a questão deixa claro que trata da Resolução nº 623/2016 do CONTRAN, e a mesma não contraria o Código de Trânsito Brasileiro.

A questão pede apenas a alternativa INCORRETA, não cita que a alternativa C está INCORRETA.

Art. 8º [...]

§2º A despesa de remoção e estada será devida integralmente, por período contado em dias, a partir do recolhimento do veículo, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses.

**QUESTÃO: 31**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 34**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A configuração do layout decorre apenas da diagramação do caderno de provas e não compromete a compreensão do enunciado ou das alternativas apresentadas. Ressalta-se que todo o conteúdo da questão, incluindo enunciado e alternativas, encontra-se integralmente visível e legível, não havendo omissão de informações ou prejuízo ao entendimento da pergunta.

Ademais, a disposição gráfica mencionada ocorreu de forma idêntica para todos os candidatos, não configurando quebra de isonomia nem impedimento à adequada interpretação da questão.

Dessa forma, não se verifica fundamento suficiente para alteração do gabarito ou anulação da questão.

“LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997



Art. 162. Dirigir veículo:

VI - sem usar lentes corretoras de visão, aparelho auxiliar de audição, de prótese física ou as adaptações do veículo impostas por ocasião da concessão ou da renovação da licença para conduzir:

**Infração – gravíssima;**

Penalidade - multa;

Medida administrativa - retenção do veículo até o saneamento da irregularidade ou apresentação de condutor habilitado.”

**QUESTÃO: 36**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

“LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997  
CAPÍTULO XIX  
DOS CRIMES DE TRÂNSITO  
Seção I  
Disposições Gerais

Art. 293. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.

Art. 298. São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração:

II - utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas;

Art. 292. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.

Art. 301. Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, **não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.** (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)”

Dessa maneira estão corretos os itens: I, II e III

**Alternativa D**

A afirmativa encontra-se em conformidade com a redação do art. 292 do Código de Trânsito Brasileiro. A questão limitou-se a reproduzir o conteúdo normativo previsto no dispositivo legal, não havendo incorreção na afirmação. Ressalta-se que a interpretação apresentada pelo candidato extrapola o escopo da afirmativa, uma vez que o item apenas aborda a forma de aplicação da penalidade conforme previsto na legislação, sem relacionar com qualquer circunstância.

Dessa forma, não se verifica imprecisão ou erro na afirmativa apresentada.

**QUESTÃO: 40**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A alternativa **A** está incorreta ao afirmar que a sinalização horizontal tem como **principal objetivo** orientar pedestres.



Ressalta-se que o art. 87 do Código de Trânsito Brasileiro, citado pelo candidato, não estabelece como finalidade principal da sinalização horizontal a orientação de pedestres, limitando-se a tratar da classificação dos sinais de trânsito.

Assim, não procede a alegação de que a assertiva estaria correta com base no referido dispositivo legal. Sobre a alternativa **B**, a afirmativa está em conformidade com o art. 83 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe expressamente que a afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias depende de prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Vale salientar, ainda, que o referido dispositivo está inserido no Capítulo VII do CTB, que trata especificamente da sinalização de trânsito, o que afasta a alegação do candidato de que o tema não se relaciona à matéria.

Dessa forma, a questão limitou-se à reprodução do texto legal.

<b>NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO</b>
<b>AUXILIAR ADMINISTRATIVO</b>

**QUESTÃO: 23**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A Lei Complementar Nº 95, de 26 de Fevereiro de 1998, em seu Art. 10, inciso I, diz:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração **ORDINAL** até o nono e **CARDINAL** a partir deste;

A alternativa B está incorreta justamente porque inverte as ordens entre cardinal e ordinal, não sendo a intenção induzir o candidato ao erro, mas justamente verificar a atenção do mesmo quanto à questão de quais artigo são nominados de forma ordinal e quais na forma cardinal.

Dessa forma, a alternativa D é a única correta, conforme gabarito.

**QUESTÃO: 24**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O candidato solicita “a alteração do gabarito da alternativa B para a alternativa E, por ser a única que corresponde corretamente à definição apresentada no enunciado”. Entretanto, o gabarito já indica a alternativa E como sendo a correta, evidenciando o equívoco e desatenção do candidato quanto ao recurso interposto.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

De acordo com o Guia de Gestão de Documentos para os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal (Brasil, 2025), as afirmativas I e III são as únicas corretas, como consta na alternativa A, conforme o gabarito. O candidato erra ao dizer que o “*gabarito preliminar indicou como correta a alternativa B (somente II e IV estão corretas)*”, como também erra ao afirmar que “*não há alternativa plenamente correta entre as opções apresentadas.*”

ARQUIVO NACIONAL. Guia de gestão de documentos para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal [recurso eletrônico] / – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1.000 Kb). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2025. – (Publicações Técnicas ; 68).

**QUESTÃO: 29**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**



A afirmativa I refere-se ao princípio da Legalidade ao invés do princípio da Moralidade (FALSO).  
A afirmativa II refere-se ao princípio da Supremacia do Interesse Público ao invés do princípio da Publicidade (FALSO).  
A afirmativa III refere-se corretamente ao princípio da Impessoalidade (VERDADEIRO).  
A afirmativa IV refere-se ao princípio da Proporcionalidade ao invés do princípio da Eficiência (FALSO).  
O candidato, ao afirmar que a descrição da afirmativa IV mistura conceitos de proporcionalidade e eficiência, gerando ambiguidade doutrinária, poderia alegar que a afirmativa IV seria VERDADEIRA, seguindo a sequência: F – F – V – V. Entretanto, não existe essa sequência entre as alternativas apresentadas. Dessa forma, a alternativa C é a correta, conforme o gabarito.

### QUESTÃO: 30

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

O assunto trata-se de serviços públicos, que conta no conteúdo programático. Dentre as formas de classificação dos serviços públicos Di Pietro (2023) cita que quanto à maneira como concorrem para satisfazer ao interesse geral, os serviços podem ser: *uti singuli* e *uti universi*.

Serviços *uti singuli* são aqueles que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos. Pelo conceito restrito de serviço público adotado por Celso Antônio Bandeira de Mello, só esta categoria constitui serviço público: prestação de utilidade ou comodidade fruível diretamente pela comunidade. Entram nessa categoria determinados serviços comerciais e industriais do Estado (energia elétrica, luz, gás, transportes) e de serviços sociais (ensino, saúde, assistência e previdência social).

Os serviços *uti universi* são prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos. É o caso dos serviços de defesa do país contra o inimigo externo, dos serviços diplomáticos, dos trabalhos de pesquisa científica, de iluminação pública, de saneamento.  
Dessa forma, a alternativa A é a correta, conforme o gabarito.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, 1943-Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 36. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

### QUESTÃO: 31

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE

Os serviços públicos, além de serem expressão direta dos princípios gerais do direito administrativo, possuem alguns princípios específicos, oriundos da Lei Nº 8987/1995, no Art. 6º, parágrafo 1º:

*Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*

*§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de **REGULARIDADE**, **CONTINUIDADE**, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, **CORTESIA** na sua prestação e **MODICIDADE** das tarifas.*

Dessa forma, a alternativa A é a única incorreta, conforme o gabarito.

### QUESTÃO: 32

#### RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO IMPROCEDENTE



A Parceria Público-Privada (PPP) se refere a um contrato administrativo, compatível com o conteúdo programático:

“*Contratos administrativos: conceito, peculiaridades, tipos de contratos administrativos. Licitações. Lei de Licitações nº 14.133 de 2021.*”

Quanto a alternativa A também estar correta, conforme afirma um candidato, a Lei Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, em seu Art. 2º, parágrafo 2º, diz:

“*Concessão ADMINISTRATIVA é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*”

Dessa forma, a alternativa B é a única correta, conforme o gabarito.

### QUESTÃO: 33

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**ALTERAÇÃO DE GABARITO**

Alternativa E, gabarito correto.

### QUESTÃO: 38

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A Lei Nº 14.133/2021, em seu Art. 182 diz que o Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

No caso de outros serviços e compras, conforme consta no Art. 75, *caput*, inciso II, de acordo com Decreto Nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, o valor foi atualizado para **R\$ 65.492,11** (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Dessa forma, a alternativa D é a correta, conforme o gabarito.

### QUESTÃO: 39

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A questão trata do estatuto dos servidores do município de Assaré-CE. Por conseguinte, o candidato deve se embasar na lei municipal para atender o que pede a questão. Segundo a Lei Municipal Nº 119, de 3 de junho de 1997, o Art. 22 diz:

“*Art. 22 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público após completar **DOIS** anos de efetivo exercício.*”

Assim, a alternativa A está incorreta.

A alternativa E está incorreta porque “**REMOÇÃO** é o deslocamento do servidor a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede”, e não redistribuição.

Dessa forma, a alternativa B é a única correta, conforme o gabarito.

### QUESTÃO: 40

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A questão trata do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e suas **ALTERAÇÕES**. Conforme a Lei Complementar Municipal Nº 003/2025, de 18 de fevereiro de 2025, que altera a Lei Complementar Nº 119, de 03 de junho de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e adota outras providencias, em seu Art. 1º diz:



Art. 1º. O art. 95 da Lei Complementar nº 119, de 03 de junho de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) passa a vigorar acrescido da seguinte alteração:

*“Art. 95. A critério da administração, poderão ser concedidas ao servidor público ocupante de cargo efetivo, licenças para o trato de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo de dois anos consecutivos, prorrogável.*

Dessa forma, a alternativa A é a única correta, conforme o gabarito.

<b>NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO</b>
----------------------------------

<b>FISCAL DE OBRAS</b>
------------------------

**QUESTÃO: 24**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Conforme a ABNT NBR 5410:2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão, os conceitos de “proteção básica” e de “proteção supletiva” correspondem, respectivamente, aos conceitos de “proteção contra contatos diretos” e de “proteção contra contatos indiretos”.

Exemplos de proteção básica:

- isolamento básica ou separação básica;
- uso de barreira ou involucro;
- **LIMITAÇÃO DA TENSÃO;**

Exemplos de proteção supletiva:

- equipotencialização e seccionamento automático da alimentação;
- isolamento suplementar;
- separação elétrica.

Dessa forma, a alternativa B é a única correta, conforme gabarito.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A Norma ABNT NBR 6122:2019 – Projeto e execução de fundações, em sua parte 3, referente a Termos e definições, apresenta em 3.4 e 3.35:

*“3.4. bloco **DE COROAMENTO**: bloco estrutural que transfere a carga dos pilares para os elementos da fundação profunda.”*

A afirmativa I apresenta uma definição de bloco de coroamento que não condiz com a norma, ou seja, a afirmativa é **FALSA**.

*“3.35 radier: elemento de fundação rasa dotado de rigidez para receber e distribuir **MAIS** do que 70% das cargas da estrutura.”*

A afirmativa II cita que o radier distribui menos do que 70% das cargas da estrutura, em desacordo com o que diz a norma, ou seja, a afirmativa é **FALSA**.

As afirmativas III e IV são verdadeiras. Dessa forma a sequência correta é: F – F – V – V, conforme aponta a alternativa D.

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Segundo a publicação “Especificações Gerais para Serviços e Obras Rodoviárias” Volume 2: Pavimentação, da Superintendência de Obras Públicas do Governo do Estado do Ceará (SOP-CE), nos



serviços de calçamento, a areia para o colchão, de onde os blocos de pedras serão apoiados, poderá ser **AREIA DE RIO** ou **AREIA DE CAMPO**, e não pó de pedra ou areia fina, como consta na alternativa C. Dessa forma, somente a alternativa A está correta, conforme gabarito.

<https://www.sop.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/30/2020/12/Especificacoes-Rodovias-site.pdf>

**NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO**

**FISCAL DE TRIBUTOS**

**QUESTÃO: 23**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**QUESTÃO ANULADA**

De fato, o art. 145 do CTN usa a expressão “iniciativa de ofício da autoridade administrativa”, e não “revisão de ofício”.

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

É correto afirmar que a Constituição passou a admitir hipóteses de progressividade do IPTU associadas à capacidade contributiva, especialmente após a EC 29/2000, no art. 156, §1º. Também é correto que existe progressividade extrafiscal, ligada à política urbana e à função social da propriedade, no art. 182, §4º, II.

O problema está no advérbio “exclusivamente”. A assertiva II não diz apenas que a progressividade do IPTU pode ter natureza fiscal. Ela afirma que ela pode ter finalidade exclusivamente arrecadatória.

Essa redação é excessiva por pelo menos três razões:

A fiscalidade do IPTU progressivo não se reduz a arrecadar mais. Quando a Constituição admite alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel, também está operando a lógica da capacidade contributiva e da justiça fiscal. Ou seja, a progressividade não é simples mecanismo arrecadatório em sentido bruto.

O IPTU, no sistema constitucional, possui também dimensão extrafiscal expressa. Como o próprio recurso reconhece, a Constituição admite uso do IPTU como instrumento de política urbana. Assim, afirmar genericamente que sua progressividade pode ter finalidade “exclusivamente arrecadatória” fragiliza a exatidão técnica da assertiva.

Dessa forma, embora haja, no sistema constitucional, hipótese de progressividade do IPTU com feição fiscal, a redação da assertiva II é tecnicamente imprecisa ao afirmar finalidade “exclusivamente arrecadatória”. O uso desse qualificativo absoluto compromete a correção do item. Mantém-se, portanto, o entendimento de que estão corretas apenas as assertivas I e III.

É verdade que o imposto é tributo não vinculado, isto é, sua cobrança não depende de contraprestação estatal específica ao contribuinte. Contudo, disso não decorre que ele não possa desempenhar função extrafiscal.

A extrafiscalidade é fenômeno clássico do Direito Tributário: o tributo pode ser estruturado não apenas para arrecadar, mas também para induzir comportamentos, desestimular condutas ou promover fins constitucionais.

No caso do IPTU, a própria Constituição Federal, no art. 182, §4º, II, prevê expressamente o IPTU progressivo no tempo como instrumento de política urbana, para compelir o adequado aproveitamento do solo urbano. Portanto, dizer que o IPTU pode ser utilizado como instrumento de política urbana não só é juridicamente possível, como encontra previsão constitucional expressa.

O argumento do recurso confunde duas ideias distintas:

- natureza não vinculada do imposto;
- possibilidade de função extrafiscal do imposto.



Uma coisa não exclui a outra. O imposto continua sendo imposto, mas pode ser moldado para fins de política pública.

Dessa forma, a assertiva III está correta, pois o IPTU pode, sim, ser utilizado como instrumento de política urbana, conforme expressa previsão constitucional. A natureza não vinculada do imposto não impede sua utilização com função extrafiscal. Mantém-se, assim, o gabarito original.

**QUESTÃO: 31**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**QUESTÃO ANULADA**

Em tratamento técnico mais aprofundado, a classificação da dívida pública não se esgota em um único critério temporal, certos passivos podem subsistir por prazo superior a 12 meses sem, por isso, mudarem automaticamente de categoria.

**QUESTÃO: 32**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP tem por finalidade evidenciar as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, isto é, mostrar o que alterou o patrimônio e qual foi o resultado patrimonial do exercício. O gabarito comentado registra exatamente isso ao dizer que a DVP evidencia as alterações quantitativas e qualitativas no patrimônio, indicando superávit ou déficit patrimonial.

Já o Balanço Patrimonial possui natureza diversa: ele apresenta a posição estática do patrimônio em determinada data, organizando ativo, passivo e patrimônio líquido.

O fato de ambos os demonstrativos se relacionarem ao patrimônio não gera ambiguidade invalidante. Eles têm objetos próximos, mas funções distintas:

- o Balanço Patrimonial mostra o “estoque” patrimonial em certo momento;
- a DVP mostra o “fluxo” das alterações patrimoniais ocorridas ao longo do período.

Sendo assim, a alternativa correta distingue suficientemente a DVP dos demais demonstrativos, especialmente do Balanço Patrimonial. A redação é concisa, mas juridicamente adequada e compatível com a finalidade do demonstrativo.

**NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO**

**MOTORISTA (Categoria B e D, Motorista de ambulância, Transporte escolar)**

**QUESTÃO: 23**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A questão toma por base o disposto no art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro, que fixa os limites de velocidade para cada tipo de via quando ausente sinalização regulamentadora específica. A argumentação apresentada pelo candidato, ao apontar suposta imprecisão pela ausência dessa ressalva no enunciado, não compromete a validade da alternativa. Isso porque o dispositivo legal estabelece parâmetros objetivos que funcionam como referência padrão, amplamente utilizados em avaliações dessa natureza.

Importa destacar que a possibilidade de alteração dos limites por meio de sinalização não invalida o critério geral previsto na norma, mas apenas introduz exceções aplicáveis a situações concretas.

Nesse contexto, ao indicar que a velocidade máxima nas estradas é de 60 km/h, a alternativa adota corretamente o parâmetro legal aplicável de forma geral.



**QUESTÃO: 28**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A questão foi corretamente fundamentada no art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe sobre os requisitos exigidos para a circulação de veículos destinados ao transporte coletivo de escolares, incluindo, entre outros, registro como veículo de **passageiros**, a obrigatoriedade de cintos de segurança em número igual à lotação, equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, e inspeção semestral dos itens de segurança.

A alternativa apontada como correta está em consonância com o dispositivo legal ao considerar que o CTB **exige** o registro como veículo de passageiros, e não como veículo de aluguel.

A argumentação apresentada pelo candidato não se sustenta, pois se baseia em dispositivos que não se aplicam à situação descrita. O art. 96 trata da classificação dos veículos não tendo pertinência com os requisitos legais para o transporte escolar.

**QUESTÃO: 34**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A situação descrita no enunciado refere-se à ausência de prioridade ao pedestre em faixa de travessia **sem controle semafórico**, conduta expressamente tipificada como infração de natureza gravíssima no Código de Trânsito Brasileiro.

A alternativa indicada como correta está alinhada a esse enquadramento específico, que trata da obrigação do condutor de dar preferência ao pedestre.

“Art. 214. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado:

I - que se encontre na faixa a ele destinada;  
Infração – gravíssima; Penalidade – multa.”

A opção apontada pelo candidato não pode ser considerada equivalente, pois atribui a infração ao fato de conduzir em alta velocidade, circunstância que não foi descrita no enunciado. O núcleo da conduta narrada não é o excesso de velocidade, mas sim a não concessão de prioridade ao pedestre.

Dessa forma, não há identidade de sentido entre as alternativas, inexistindo duplicidade de resposta correta.

**QUESTÃO: 37**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

A situação apresentada na questão corresponde exatamente à hipótese prevista no art. 257, §8º, do Código de Trânsito Brasileiro, que determina a aplicação de nova multa ao proprietário do veículo, quando se tratar de pessoa jurídica e não houver identificação do infrator no prazo legal.

A argumentação do candidato, ao mencionar a existência de condutor previamente cadastrado, não altera esse enquadramento, pois o enunciado já delimita o cenário de ausência de identificação dentro do prazo estabelecido.

Nessas condições, incide diretamente a penalidade prevista na legislação, não havendo necessidade de outras considerações para a correta resolução da questão.



---

**QUESTÃO: 38**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

Nos termos do art. 226 do Código de Trânsito Brasileiro, a conduta de deixar de retirar todo e qualquer objeto utilizado para sinalização temporária da via constitui infração de natureza **média**, e não leve, como alegado pelo candidato.

A questão pede para o candidato identificar qual alternativa apresenta três infrações de natureza **leve**. Nos termos do art. 226 do Código de Trânsito Brasileiro, a conduta de deixar de retirar todo e qualquer objeto utilizado para sinalização temporária da via constitui infração de natureza **média**, e não leve, não podendo assim a alternativa B ser a correta.

A alternativa C é a que indica corretamente todos os itens descrevendo infrações de natureza leve, com base nos artigos:

Art. 232. Conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório referidos neste Código:

Infração – leve;

Penalidade – multa; Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação do documento.

Art. 205. Ultrapassar veículo em movimento que integre cortejo, préstito, desfile e formações militares, salvo com autorização da autoridade de trânsito ou de seus agentes:

Infração - leve      Penalidade – multa.

Art. 224. Fazer uso do fecho de luz alta dos faróis em vias providas de iluminação pública:

Infração - leve;      Penalidade – multa.

O dispositivo legal que cita a infração mencionada no item II da alternativa C, apontada pelo candidato como infração de natureza GRAVE, é o artigo 205 do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 205. Ultrapassar veículo em movimento que integre cortejo, préstito, desfile e formações militares, salvo com autorização da autoridade de trânsito ou de seus agentes:

Infração – **LEVE** Penalidade – multa.

A alternativa C é a que cita todos os itens sendo infrações de natureza **leve**, com base nos artigos:

Art. 232. Conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório referidos neste Código:

Infração – **leve**;

Penalidade – multa; Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação do documento.

Art. 205. Ultrapassar veículo em movimento que integre cortejo, préstito, desfile e formações militares, salvo com autorização da autoridade de trânsito ou de seus agentes:

Infração - **leve**      Penalidade – multa.

Art. 224. Fazer uso do fecho de luz alta dos faróis em vias providas de iluminação pública:

Infração - **leve**;      Penalidade – multa.

---

**QUESTÃO: 39**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**



## IMPROCEDENTE

A alternativa C está alinhada ao disposto no art. 146 do Código de Trânsito Brasileiro, que prevê a necessidade de realização de exames complementares para a condução de veículos em categoria diversa daquela originalmente habilitada.

A argumentação apresentada parte da premissa de que a alternativa seria incorreta por não contemplar a totalidade das exigências legais. Contudo, tal entendimento não se sustenta. O fato de a norma prever outros requisitos, como tempo mínimo de habilitação ou cursos específicos, não afasta a veracidade da informação apresentada.

Ressalte-se que a exigência mencionada na alternativa constitui um dos requisitos efetivamente previstos na legislação, não sendo anulada ou afastada pela existência de outros igualmente necessários. Trata-se, portanto, de informação correta.

### QUESTÃO: 40

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

## IMPROCEDENTE

A infração prevista no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro gera tanto penalidades quanto medidas administrativas, que não se confundem.

Multa e suspensão do direito de dirigir são **penalidades**, enquanto o recolhimento da CNH e a retenção do veículo são **medidas administrativas**.

Como a questão exige a identificação de medida administrativa, a alternativa indicada está correta, não havendo duplicidade de respostas.

A indagação do candidato não pode ser considerada correta, pois apresenta medidas distintas daquelas previstas no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro.

O dispositivo legal estabelece como medidas administrativas para tal infração o recolhimento do documento de habilitação e a retenção do veículo, não prevendo, para essa infração, a remoção do veículo nem a apreensão de documentos.

Salientando-se que retenção e remoção são medidas diferentes, assim como recolhimento e apreensão não possuem o mesmo significado no âmbito do CTB.

<b>NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO</b>
----------------------------------

<b>TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA</b>
--------------------------------

### QUESTÃO: 21

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**ALTERAÇÃO DE GABARITO**

A alternativa correta é a letra “D”.

### QUESTÃO: 22

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

## IMPROCEDENTE

O recurso não procede. A interpretação do candidato está equivocada. Segundo o SiBCS (2018), o horizonte C corresponde a material pouco alterado, mas não isento de alterações. Pode apresentar modificações físicas e químicas iniciais, insuficientes para caracterizá-lo como horizonte **B**. Assim, a alternativa **D** está correta.



---

**QUESTAO: 23**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. A alternativa **A (Ouro)** é a única correta segundo a EMBRAPA (Coleção Plantar – Banana, 2006).

**QUESTÃO: 24**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. A alternativa B é, de fato, a única incorreta, conforme indicado no gabarito. O valor de 20% de botões florais atacados até 80 dias após a sementeira não corresponde aos níveis de controle recomendados para o manejo do bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), sendo considerado elevado e tecnicamente inadequado. De acordo com o *101 Culturas: Manual de Tecnologias Agrícolas* (EPAMIG, 2019) e recomendações técnicas da Embrapa Algodão, o nível de ação para essa praga é inferior, situando-se, em geral, entre 5% e 10% de botões atacados, variando conforme a fase da cultura. Assim, a alternativa B apresenta um valor incompatível com a literatura técnica, caracterizando-se como incorreta.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. A alternativa E (Salad Bowl) é a única correta, pois essa cultivar é reconhecida por sua baixa tolerância a altas temperaturas, apresentando maior suscetibilidade ao pendoamento precoce, conforme descrito no *101 Culturas: Manual de Tecnologias Agrícolas* da EPAMIG (2019). A argumentação do candidato em relação à cultivar Vitória de Verão não invalida o gabarito, pois, apesar de poder apresentar pendoamento sob condições extremas, trata-se de material selecionado para cultivo em temperaturas elevadas, com maior tolerância relativa ao calor, não se enquadrando como de baixa tolerância quando comparada a cultivares como Salad Bowl.

**QUESTÃO: 27**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. O candidato fez o recurso de uma questão diferente da 27, sem mérito para ser julgado.

**QUESTÃO: 28**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. O candidato fez o recurso de uma questão diferente da 27, sem mérito para ser julgado.

**QUESTÃO: 31**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO  
IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. A alternativa C é a única correta, pois a rotação de fungicidas com diferentes mecanismos de ação é um dos principais princípios do manejo da resistência, amplamente recomendado no *Manual de Fitopatologia* e por instituições como a Embrapa.

**QUESTÃO: 32**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

---



### **IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. Conforme a documentação oficial do Programa ANATER sobre o Ater Mais Gestão, verifica-se que a única alternativa plenamente compatível com seus objetivos, é a letra D.

### **QUESTÃO: 34**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

### **IMPROCEDENTE**

A questão apresenta uma única alternativa correta, sendo a letra D, o candidato confunde inscrição dos agricultores com o credenciamento de entidades.

### **QUESTÃO: 35**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

### **IMPROCEDENTE**

Recurso indeferido. A questão apresenta clareza, objetividade e respaldo técnico adequado, não havendo motivo para anulação. O argumento de divergência conceitual é genérico e não invalida a questão, pois ignora a delimitação expressa do enunciado. Dentro do referencial solicitado, há uma única resposta correta: Alternativa “E” (450 kg de peso vivo).

### **QUESTÃO: 37**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

### **IMPROCEDENTE**

O recurso não procede. A questão solicita a alternativa incorreta sobre práticas de quarentena em granjas suínas. Após análise técnica, verifica-se que a alternativa B é, de fato, a única incorreta, mantendo-se o gabarito.

### **QUESTÃO: 40**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

### **IMPROCEDENTE**

A alternativa D (Enxofre) é a única correta, pois corresponde precisamente ao sintoma de amarelecimento uniforme em folhas jovens. A alternativa B (Ferro) apresenta padrão distinto (clorose internervural) e, portanto, não atende ao enunciado.

<b>NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO</b>
<b>TÉCNICO EM ENFERMAGEM</b>

### **QUESTÃO: 22**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

### **IMPROCEDENTE**

A devolução de sobras de medicamento garante a segurança da gestão de medicamentos bem como a prevenção de riscos. Constitui-se uma prática de segurança.

### **QUESTÃO: 23**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

### **IMPROCEDENTE**

O item citado de Diagnostico Certo não se constitui item de Verificação de segurança na administração de medicamentos



---

**QUESTÃO: 24**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO**

**QUESTÃO ANULADA**

Há duas alternativas possíveis, **considerando-a anulada**.

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A alternativa correta é a **letra E**, pois estabelece opções referentes ao código de ética da enfermagem vigente e correspondente ao caso apresentado.

**QUESTÃO: 32**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A **alternativa E** está verdadeira porque contempla a temperatura adequada; ideal para refrigeração das vacinas.

**QUESTÃO: 33**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A única alternativa incorreta é a letra C – A

dTpa é uma vacina combinada que protege contra difteria, tétano e coqueluche e de origem bacteriana.

**QUESTÃO: 37**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

Constitui-se alternativa correta a letra C.

Quanto a alternativa A -Vestuário inadequado e calçado impróprio são fatores pessoais que causam segurança, gerando acidentes de trabalho **ESTÁ ERRADA**.

**QUESTÃO: 39**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

A alternativa incorreta é a letra E. A administração de F (flúor) ou FE (ferro) são inadequadas de acordo com o texto.

**QUESTÃO: 40**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**

**IMPROCEDENTE**

O assunto constitui-se matéria do concurso - saúde do homem. Apenas a letra D constitui-se fora das linhas temáticas da política.



**NÍVEL MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO**  
**TÉCNICO EM RAIOS-X**

**QUESTÃO: 23**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

Após análise do recurso apresentado, verifica-se que não procede a alegação de ambiguidade técnica na questão. O enunciado solicitava a incidência radiográfica utilizada para avaliação da sela túrcica, sendo corretamente considerado o perfil de crânio (incidência lateral) como resposta adequada.

Conforme descrito em literatura radiológica clássica, incluindo o Bontrager – Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada (8ª edição), a incidência lateral do crânio demonstra claramente a sela túrcica e o clivo em perfil, sendo tradicionalmente utilizada para sua avaliação morfológica.

O argumento apresentado no recurso baseia-se no fato de que outras incidências da série craniana, como o método de Towne, também podem contribuir para avaliação de estruturas da base do crânio. Entretanto, isso não invalida a correção do gabarito, pois a questão solicitava a incidência utilizada para visualização da sela túrcica em perfil, característica diretamente atendida pela incidência lateral do crânio.

Ressalta-se que o fato de outras incidências auxiliarem na análise de estruturas cranianas não configura ambiguidade na questão, uma vez que cada incidência possui finalidade técnica específica dentro da série radiográfica.

Dessa forma, não se identifica erro conceitual, imprecisão técnica ou duplicidade de interpretação que justifique alteração do gabarito ou anulação da questão.

Mantém-se, portanto, o gabarito originalmente divulgado.

**QUESTÃO: 25**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

Após análise do recurso apresentado, verifica-se que não procede a alegação de ambiguidade conceitual na questão. A incidência de Schüller é classicamente descrita na literatura radiológica como técnica utilizada para avaliação das mastoídes, sendo amplamente empregada no estudo das células mastoideas.

Embora o método também possa ser utilizado em algumas abordagens para avaliação da articulação temporomandibular (ATM), especialmente em estudos funcionais com boca aberta e fechada, tal aplicação não altera a finalidade clássica da incidência dentro da radiologia convencional.

A questão abordou a utilização tradicional e mais consagrada da incidência de Schüller, conforme descrito em bibliografia técnica da área de posicionamento radiográfico, não havendo, portanto, duplicidade interpretativa que comprometa a objetividade da questão.

Dessa forma, não se identifica erro conceitual, ambiguidade técnica ou justificativa para anulação da questão.



---

Mantém-se, portanto, o gabarito originalmente divulgado.

**QUESTÃO: 32**  
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

Após análise do recurso apresentado, verifica-se que não procede a alegação de existência de mais de uma alternativa correta. A incidência em decúbito lateral esquerdo com feixe horizontal é classicamente indicada, na rotina do abdome agudo, para a detecção de ar livre intraperitoneal (pneumoperitônio), especialmente em pacientes que não podem permanecer em posição ortostática.

Embora projeções abdominais com feixe horizontal também possam demonstrar níveis hidroaéreos decorrentes da separação entre gás e líquido nas alças intestinais, essa não constitui a finalidade principal da incidência em decúbito lateral esquerdo na investigação radiográfica do abdome agudo.

Conforme descrito em literatura clássica de posicionamento radiográfico, incluindo Bontrager – Textbook of Radiographic Positioning and Related Anatomy e Merrill's Atlas of Radiographic Positioning and Procedures, a principal indicação dessa incidência é a pesquisa de pneumoperitônio, uma vez que o ar livre tende a se acumular entre o fígado e a parede abdominal lateral direita, tornando-se visível com o feixe horizontal.

Dessa forma, ainda que níveis hidroaéreos possam eventualmente ser visualizados em exames com feixe horizontal, tal possibilidade não caracteriza duplicidade de resposta, pois a questão aborda a finalidade clássica e mais reconhecida da incidência descrita.

Não se identifica, portanto, ambiguidade técnica, erro conceitual ou multiplicidade de interpretação que justifique a anulação da questão.

Mantém-se, assim, o gabarito originalmente divulgado.

**QUESTÃO: 33**  
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

Após análise do recurso apresentado, verifica-se que não procede a alegação de inadequação do conteúdo da questão em relação ao cargo. A urografia excretora (UE ou UIV) é um exame radiológico clássico do sistema urinário, tradicionalmente realizado com o uso de raios X associados à administração de meio de contraste iodado, sendo parte do escopo de atuação do técnico em radiologia.

Embora, na prática atual, a tomografia computadorizada também seja amplamente utilizada na avaliação do trato urinário, isso não descaracteriza a urografia excretora como procedimento radiológico baseado em raios X, historicamente consolidado na rotina dos serviços de diagnóstico por imagem.

A formação e atuação do técnico em radiologia abrangem exames que utilizam radiação ionizante, incluindo radiografia convencional, exames contrastados e tomografia computadorizada, não havendo incompatibilidade entre o conteúdo abordado na questão e as atribuições do cargo.

Dessa forma, não se identifica inadequação temática, erro conceitual ou motivo que justifique a anulação da questão.

Mantém-se, portanto, o gabarito originalmente divulgado.

---



**QUESTÃO: 35**  
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO**  
**IMPROCEDENTE**

Após análise do recurso apresentado, verifica-se que não procede a alegação de inexistência de gabarito correto. Os princípios de radioproteção são amplamente estabelecidos na literatura e nas normas de proteção radiológica, sendo tradicionalmente descritos como: justificação, otimização (princípio ALARA) e limitação de dose.

Os fatores operacionais de radioproteção aplicados na prática radiológica — tempo, distância e blindagem — correspondem a medidas práticas de controle da exposição à radiação, derivadas dos princípios fundamentais da proteção radiológica.

Dessa forma, não há incompatibilidade conceitual entre os princípios de radioproteção e os fatores operacionais utilizados para sua aplicação prática nos serviços de radiologia.

A questão apresenta conteúdo técnico compatível com a literatura da área e permite identificação de alternativa correta, não se configurando ausência de gabarito ou ambiguidade conceitual.

Não se identifica, portanto, erro técnico ou motivo que justifique a anulação da questão.

Mantém-se, assim, o gabarito originalmente divulgado.